

OS CONTEXTOS
EDUCACIONAIS DIANTE
DAS ENTRELINHAS DA
ATUALIDADE: DIÁLOGOS
EM CONSTRUÇÃO

MARCOS VITOR COSTA CASTELHANO
ADACI ESTEVAM RAMALHO NETO
JISIANE KENIA JERÔNIMO DOS SANTOS
FRANCISCA RITA DE OLIVEIRA
PATRICIA FERREIRA DOS SANTOS
EULÁLIA CRISTINA COELHO ARAÚJO
LEOMAR OLIVEIRA DINIZ
GISLÂNIA DANTAS DE ANDRADE
ERILENE DANTAS JUNQUEIRA BARROS
ADRIANA FREITAS DA SILVA
SARA PEREIRA FERREIRA

(ORGS.)



Rfb
Editora

**OS CONTEXTOS
EDUCACIONAIS DIANTE
DAS ENTRELINHAS DA
ATUALIDADE: DIÁLOGOS EM
CONSTRUÇÃO**



Todo o conteúdo apresentado neste livro é de responsabilidade do(s) autor(es).
Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-SemDerivações 4.0 Internacional.

Nossa missão é a difusão do conhecimento gerado no âmbito acadêmico por meio da organização e da publicação de livros científicos de fácil acesso, de baixo custo financeiro e de alta qualidade!

Nossa inspiração é acreditar que a ampla divulgação do conhecimento científico pode mudar para melhor o mundo em que vivemos!

Equipe RFB Editora

Marcos Vitor Costa Castelhana
Adaci Estevam Ramalho Neto
Jisiane Kenia Jerônimo Dos Santos
Francisca Rita de Oliveira
Patricia Ferreira dos Santos
Eulália Cristina Coelho Araújo
Leomar Oliveira Diniz
Gislânia Dantas de Andrade
Erilene Dantas Junqueira Barros
Adriana Freitas da Silva
Sara Pereira Ferreira
(Organizadores)

OS CONTEXTOS EDUCACIONAIS DIANTE DAS ENTRELINHAS DA ATUALIDADE: DIÁLOGOS EM CONSTRUÇÃO

1ª Edição

Belém-PA
RFB Editora
2023

© 2023 Edição brasileira
by RFB Editora
© 2023 Texto
by Autor
Todos os direitos reservados

RFB Editora
CNPJ: 39.242.488/0001-07
www.rfbeditora.com
adm@rfbeditora.com
91 98885-7730

Av. Governador José Malcher, nº 153, Sala 12, Nazaré, Belém-PA,
CEP 66035065

Editor-Chefe
Prof. Dr. Ednilson Souza
Diagramação
Worges Editoração
Capa
Autor

Revisão de texto
Autor
Bibliotecária
Janaina Karina Alves Trigo Ramos
Produtor editorial
Nazareno Da Luz

Catálogo na publicação

RFB Editora



C761

Os contextos educacionais diante das entrelinhas da atualidade: diálogos em construção / Marcos Vitor Costa Castelhanos *et al.* (Organizador). – Belém: RFB, 2023.

Outros organizadores

Adaci Estevam Ramalho Neto
Jisiane Kenia Jerônimo Dos Santos
Francisca Rita de Oliveira
Patricia Ferreira dos Santos
Eulália Cristina Coelho Araújo
Leomar Oliveira Diniz
Gislânia Dantas de Andrade
Eriylene Dantas Junqueira Barros
Adriana Freitas da Silva
Sara Pereira Ferreira

Livro em PDF

80p.

ISBN: 978-65-5889-470-4

DOI: 10.46898/rfb.27026969-cfbc-4f73-93ca-ff66a54ec349

I. Educação. I. Castelhanos, Marcos Vitor Costa *et al.* (Organizador). II. Título.

CDD 300

Índice para catálogo sistemático

I. Educação.

Conselho Editorial

Prof. Dr. Ednilson Sergio Ramalho de Souza - UFOPA
(Editor-Chefe)

Prof. Dr. Laecio Nobre de Macedo-UFMA

Prof^a. Ma. Rayssa Feitoza Felix dos Santos-UFPE

Prof. Me. Otávio Augusto de Moraes-UEMA

Prof. Dr. Aldrin Vianna de Santana-UNIFAP

Prof^a. Ma. Luzia Almeida Couto-IFMT

Prof^a. Dr^a. Raquel Silvano Almeida-Unespar

Prof. Me. Luiz Francisco de Paula Ipolito-IFMT

Prof. Me. Fernando Vieira da Cruz-Unicamp

Prof. Dr. Carlos Erick Brito de Sousa-UFMA

Prof^a. Dr^a. Ilka Kassandra Pereira Belfort-Faculdade Laboro

Prof^a. Dr. Renata Cristina Lopes Andrade-FURG

Prof. Dr. Elias Rocha Gonçalves-IFF

Prof. Dr. Clézio dos Santos-UFRRJ

Prof. Dr. Rodrigo Luiz Fabri-UFJF

Prof. Dr. Manoel dos Santos Costa-IEMA

Prof^a. Ma. Adriana Barni Truccolo-UERGS

Prof. Me. Pedro Augusto Paula do Carmo-UNIP

Prof.^a Dr^a. Isabella Macário Ferro Cavalcanti-UFPE

Prof. Me. Alisson Junior dos Santos-UEMG

Prof. Me. Raphael Almeida Silva Soares-UNIVERSO-SG

Prof. Dr. Rodolfo Maduro Almeida-UFOPA

Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné-Faccrei

Prof. Me. Fernando Francisco Pereira-UEM

Prof. Dr. Deivid Alex dos Santos-UEL

Prof. Me. Antonio Santana Sobrinho-IFCE

Prof.^a Dr.^a. Maria de Fatima Vilhena da Silva-UFPA

Profa. Dra. Dayse Marinho Martins-IEMA

Prof. Me. Darlan Tavares dos Santos-UFRJ

Prof. Dr. Daniel Tarciso Martins Pereira-UFAM

Prof.^a Dr.^a. Elane da Silva Barbosa-UERN

Prof. Dr. Piter Anderson Severino de Jesus-Université Aix Marseille

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	9
CAPÍTULO 1	
USO DAS TICS NO ENSINO E APRENDIZAGEM ESCOLAR.....	11
CAPÍTULO 2	
USO DE TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (TICS) NA EDUCAÇÃO.....	23
CAPÍTULO 3	
DA INTEGRAÇÃO À INCLUSÃO ESCOLAR: REPENSANDO CONCEITOS E PRÁTICAS	35
CAPÍTULO 4	
O PERFIL DO PROFESSOR NO SÉCULO XXI: REPENSANDO A PRÁXIS PEDAGÓGICA.....	47
CAPÍTULO 5	
SOCIEDADE, CULTURA E EDUCAÇÃO: O FILME “DEUS E DIABO NA TERRA DO SOL (1964) NO ENSINO DE SOCIO- LOGIA.....	61
ÍNDICE REMISSIVO.....	74
SOBRE OS ORGANIZADORES	76

APRESENTAÇÃO

A presente organização de livro foi desenvolvida por colaboradores e apoiadores da Faculdade Sucesso (FACSU), reunindo variados capítulos de livro associados as discussões educacionais diante das contextualizações da contemporaneidade, objetivando, acima de tudo, elucidações e reflexões abrangentes em meio das diferentes possibilidades discursivas das proposições educativas.

MARCOS VITOR COSTA CASTELHANO

CAPÍTULO 1

USO DAS TICS NO ENSINO E APRENDIZAGEM ESCOLAR

Gislânia Dantas de Andrade
Erilene Dantas Junqueira Barros
Adriana Freitas da Silva
Sara Pereira Ferreira
Marcos Vitor Costa Castelhanos
Adaci Estevam Ramalho Neto

RESUMO

As tecnologias são partes indispensáveis das culturas humanas, seja das ferramentas mais simples como o arco e flecha, até às mais complexas como o computador e a internet. São partes integrantes da vida cotidiano do homem. Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) modificaram drasticamente as relações humanas, encurtando distâncias e dando maior acesso às informações. E os avanços destas novas tecnologias não poderiam estar alheios ao contexto educacional, no qual passou a refletir sobre a instrumentalização de ferramentas tecnológicas em sala de aula. Portanto, temos por objetivo discutir o papel das TICs no processo de ensino e aprendizagem, bem como fazer breves apontamentos sobre inclusão digital nas escolas. No que concerne aos aspectos metodológicos, a pesquisa aqui promovida é de caráter bibliográfico, no qual definimos as seguintes etapas: sondagem de textos, no *Google* acadêmico, que discutiam a temática, para isto utilizamos palavras-chave como “TIC”, “ensino aprendizagem” e “inclusão digital”, por vezes mesclando-as; depois partimos para a seleção dos trabalhos mais relevantes; fichamento; análise e escrita do artigo. Dito isto, as discussões aqui promovidas foram alicerçadas a partir dos trabalhos de Almeida e Silva (2011), Castells (2005), Kenski (2003; 2007) e Lemos e Costa (2005). Desse modo, observa-se que ao didatizar aparatos tecnológicos o processo de ensino e aprendizagem se torna mais significativo, ativo e crítico, favorecendo para a autonomia e o desenvolvimento dos estudantes.

Palavras-chave: Educação. Ensino-aprendizagem. TICs.

INTRODUÇÃO

O caráter acumulativo e adaptativo da cultura permitiu ao ser humano desenvolver inúmeras ferramentas tecnológicas, desde do

arco e flecha ao computador com acesso à internet. As tecnologias estão presentes em nosso cotidiano. E

constatar a presença da tecnologia no dia-a-dia de nossa vida não é tarefa complexa; basta olhar para algumas máquinas e equipamentos que nos cercam. A presença da televisão, por exemplo, é tão marcante que profissionais de diversas áreas discutem os benefícios e malefícios sociais da sua influência (sic) nas crianças, adolescentes e adultos. O mesmo tipo de discussão já realizada também em relação ao computador e aos jogos eletrônicos (POCHO, 2010, p.08)

Essa capilaridade da presença tecnológica em nosso cotidiano é tão forte que sua presença foi naturalizada, é bastante difícil imaginar nossa vida sem a presença de tecnologias como, por exemplo, celulares, *tablets*, computadores, entre outros. Destarte, a escola, enquanto instituição que faz e age sobre a sociedade, não pode estar alheia aos avanços tecnológicos.

Assim, as Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) passaram ser discutidas no processo de ensino-aprendizagem, pois “a presença dela [tecnologia] na sala de aula amplia seus horizontes e seu alcance em direção à realidade” (POCHO, 2010, p.9). É mister definirmos o que entendemos sobre TICs. Para isto recorreremos à Sousa, que as define

como o conjunto de atividades e soluções providas por recursos de computação que visam permitir o armazenamento, o acesso e o uso das informações para auxiliar a tomada de decisão” (SOUSA, 2016, p. 19).

Portanto, a partir de uma perspectiva que entende a prática docente como incessante busca por refletir a educação, temos por objetivo discutir o papel das TICs no processo de ensino e aprendizagem, bem como fazer breves apontamentos sobre inclusão digital nas escolas.

No que concerne aos aspectos metodológicos, a pesquisa aqui promovida é de caráter bibliográfico, no qual definimos as seguintes

etapas: sondagem de textos, no *Google* acadêmico, que discutiam a temática, para isto utilizamos palavras-chave como “TIC”, “ensino-aprendizagem” e “inclusão digital”, por vezes mesclando-as; depois partimos para a seleção dos trabalhos mais relevantes; fichamento; análise e escrita do artigo. Dito isto, as discussões aqui promovidas foram alicerçadas a partir dos trabalhos de Almeida e Silva (2011), Castells (2005), Kenski (2003; 2007) e Lemos e Costa (2005).

O artigo é dividido em uma única seção, no qual discutimos o papel das TICs como ferramenta didática e sua importância no processo de ensino e aprendizagem, bem como breves apontamentos sobre inclusão digital nas escolas. Ao final do artigo, apresentamos considerações finais sobre a análise aqui promovida.

1 AS TICS, O ENSINO-APRENDIZAGEM E A NECESSÁRIA INCLUSÃO DIGITAL

No primeiro momento quando falamos sobre tecnologia logo associamos aos aparelhos eletrônicos como, por exemplo, celulares, computadores ou *tablets*, mas o conceito de tecnologia vai além dos aparelhos da tecnologia 3.0 e 4.0. A tecnologia é um “conjunto de conhecimentos e princípios científicos que se aplicam ao planejamento, à construção e à utilização de um equipamento em um determinado tipo de atividade” (KENSKI, 2003, p. 24).

E o avanço da tecnologia na sociedade humana só foi possível devido ao caráter acumulativo e adaptativo da cultura permitiu ao homem sobreviver em diferentes ambientes e a desenvolver diferentes tipos de tecnologias, em graus mais simples ou mais complexo. Mas sempre mecanismos necessários e indispensáveis à sua vida. Passando de ferramentas para a caça, como arco e flecha, do arado na agricultura, do navio, do carro e do avião, de ferramentas comunicativas como a internet e o celular, integrando o mundo em uma rede global.

A presença das tecnologias em nossa sociedade está tão enraizada que foi naturalizada seu uso, não nos vemos longe dela, sem seus usos e praticidades. Para perceber sua presença em nosso cotidiano basta olharmos ao redor, o celular no bolso, o relógio digital, a tv noticiando as novidades, ou quando nos comunicamos com alguém usando aplicativos de mensagem instantânea.

A comunicação, apontada no exemplo anterior, modificou-se drasticamente com o uso da internet. Graças aos avanços da Tecnologia de Informação e Comunicação (TIC), o compartilhamento de informações via texto, áudio, vídeo e imagem sofreu um *boom*, grandes quantidades de informações são postas para nós em segundos, podemos receber ou acessar mais informações um curto período de tempo.

Além do acesso às informações, as comunicações foram o grande foco das últimas décadas. A globalização conectou vários países e sociedades diferentes, desde das Grandes Navegações às revoluções industriais. Mas é com o desenvolvimento da internet que o mundo se conectou, é possível falar em tempo real com uma pessoa do outro lado do globo.

Citamos o conceito de TIC anteriormente, este pode ser definido “como o conjunto de atividades e soluções providas por recursos de computação que visam permitir o armazenamento, o acesso e o uso das informações para auxiliar a tomada de decisão.” (SOUSA, 2016, p. 19). Mas não só computacionais, as TICs podem abarcar tecnologias mais antigas como, por exemplo, a televisão e o rádio.

Sua importância reside em sua instrumentalização, em diversos setores da sociedade humana, nas atividades humanas, facilitando o trabalho do homem. E entre estes instrumentos tecnológicos o computador e a internet, talvez, sejam os maiores representantes deste

conceito, engendrando até mesmo *nichos* e subculturas dentro da sociedade.

A disseminação e uso de tecnologias digitais, marcadamente dos computadores e da internet, favoreceu o desenvolvimento de uma cultura de uso das mídias e, por conseguinte, de uma configuração social pautada num modelo digital de pensar, criar, produzir, comunicar, aprender – viver. E as tecnologias móveis e a web 2.0, principalmente, são responsáveis por grande parte dessa nova configuração social do mundo que se entrelaça com o espaço digital (ALMEIDA; SILVA, 2011, p.4).

Portanto, a popularização da internet e dos computadores marcou uma geração de jovens. Para Buckingham e Willett (2013), alguns jovens são classificados como “geração digital”, devido ao seu grau de experiência e contato com as tecnologias. Ou ainda podem ser chamados de “nativos digitais, no qual, segundo Braga (2013, p. 138), são “jovens que já cresceram imersos e interagindo com esse tipo de tecnologia.”

É praticamente impossível pensarmos nossa sociedade sem o uso das tecnologias. No caso das TICs, elas permitem o compartilhamento de informações e comunicação em tempo real entre pessoas em diferentes lugares do globo. Nestes ambientes virtuais

reúnem-se a computação (a informática e suas aplicações), as comunicações (transmissão e recepção de dados, imagens, sons, etc.) e os mais diversos tipos, formas e suportes em que estão disponíveis os conteúdos (livros, filmes, fotos, músicas e textos) (KENSKI, 2007, p. 33)

As TICs modificaram as sociedades humanas, bem como suas relações, encurtando distâncias a partir da conectividade, permitindo o acesso às informações, muitas vezes restrito a ciclos sociais e acadêmicos. As TICs nos colocaram em contato com diferentes culturas.

A escola e prática pedagógica docente também foram influenciadas pelas TICs. A escola e o professor enquanto agentes dentro da sociedade não poderiam estar alheios às tecnologias. Assim, novas

formas de ensinar utilizando-se de ferramentas tecnológicas foram sendo debatidas e implementadas em sala de aula. Entretanto,

a utilização das TIC's na escola precisa ser feita de maneira interativa e não expositiva, ou seja, o aluno deve atuar sobre as tecnologias, interagindo, refletindo, construindo e agregando conhecimentos. Ela inicia, mas vai muito além do uso das mídias para a simples exposição de conteúdo, como substitutos de cartazes ou da própria lousa. (ALMEIDA; FREITAS, 2012, p. 34).

Isto é, apenas a introdução de tecnologia como, por exemplo, computadores, *tablets*, celulares *smartphones*, entre outros, não é sinônimo de boa instrumentalização didática destas ferramentas. Neste sentido, Castells (2005) argumenta que

difundir a Internet ou colocar mais computadores nas escolas, por si só, não constituem necessariamente grandes mudanças sociais. Isso depende de onde, por quem e para que são usadas as tecnologias de comunicação e informação. O que nós sabemos é que esse paradigma tecnológico tem capacidades de performance superiores em relação aos anteriores sistemas tecnológicos. Mas para saber utilizá-lo no seu melhor potencial, e de acordo com os projetos e as decisões de cada sociedade, precisamos de conhecer a dinâmica, os constrangimentos e as possibilidades desta nova estrutura social que lhe está associada: a sociedade em rede. (CASTELLS, 2005, p. 78).

Para que as TICs sejam introduzidas de forma positiva e como aliadas ao processo de ensino-aprendizagem, é preciso reflexão do docente, pensar antes, durante e após a regência em sala. É necessário didatizar as tecnologias, pois estas podem ser grandes facilitadores na mediação do conhecimento, permitindo o desenvolvimento dos discentes, tanto na construção de saberes, socialização, compartilhamento, trabalho em equipe e autonomia.

Esta nova realidade escolar, engendrada pela popularização de tecnologias de informação e comunicação, exigiu da comunidade escolar um processo de reflexão, já que os novos tempos necessitam o desenvolvimento de novas habilidades,

os indivíduos, hoje em dia, necessitam de várias alfabetizações, já que a formação educacional vai além do domínio da leitura e da escrita, abrangendo uma diversidade de códigos da cultura, da sociedade, das relações econômicas e produtivas, o que inclui a alfabetização pelas antigas e novas tecnologias e a capacitação para lidar com elas em diferentes situações do cotidiano. (CLARO, 2012, p. 14).

A escola não tem apenas o papel de formação na leitura e escrita, ela é, também, responsável por preparar os estudantes para a sociedade. Assim, é necessário um duplo processo quando dialogamos com a tecnologia e ensino-aprendizagem.

O primeiro deles é prática docente quando utiliza ferramentas tecnológicas como, por exemplo, computadores, internet, realidade aumentada, entre outros, em sala de aula, com o objetivo de servir como suporte para a mediação do conhecimento, seguindo objetivos previamente traçados. Isto é, a tecnologia como ferramenta didática para tornar o ensino-aprendizagem ativo, significativo e crítico.

Porque ao utilizar linguagens e códigos do repertório social e cultural dos discentes, o professor consegue aproximar os conteúdos escolares à realidade dos primeiros, fazendo com que uma ponte seja criada e este conhecimento seja internalizado e ressignificado a partir de lógicas próprias e necessárias dos estudantes. Aliada a isso, uma metodologia diferente pode ser um pilar importante para “atrair” a atenção dos alunos (BRAGA, 2013).

Para que este processo de inclusão digital em sala de aula ocorra é imperativo aos docentes estarem familiarizados com o mundo digital. O que torna os cursos de formação continuada importantes para preparar e atualizar os professores nestas novas linguagens e mecanismos.

O outro processo que queremos destacar é que ter a informação não é garantia de conhecimento. Ou ainda obter informações fal-

sas. Isto é, além de servir como ferramenta didática, as tecnologias devem ser apropriadas de forma crítica pelos estudantes, devem utilizá-las de forma que os beneficie, transformando-os em agentes críticos perante a sociedade e isso para, também, na aprendizagem de encontrar e filtrar a grande variedade de informações disponíveis na rede.

A democratização do ensino, a partir da segunda metade do século XX, permitiu que diversas camadas da população tivessem acesso ao ensino escolar gratuito, antes restrito às camadas mais ricas. A Declaração de Salamanca de 1994 foi elaborada a partir do pressuposto de “Educação para Todos”, bem como garantir a inclusão escolar (BRASIL, 1994).

A escola tem um importante papel social no combate a exclusão escolar, e entre está a digital. Para Britto, a escola tem três caminhos no que concerne a inclusão digital nas escolas:

repelir as tecnologias e tentar ficar fora do processo; apropriar-se da técnica e transformar a vida em uma corrida atrás do novo; ou apropriar-se dos processos, desenvolvendo habilidades que permitam o controle das tecnologias e de seus efeitos (BRITO, 2006, p. 279)

Entretanto, é impensável excluir as tecnologias do contexto escola, é preciso que haja uma cooperação entre iniciativas dos governos para que o processo de inclusão digital seja efetivo, pois sua implementação é de suma importância para o processo de ensino-aprendizagem e desenvolvimento do estudante.

Quando nos referimos a “incluir” ou “inclusão” estamos indo para além de colocar os alunos em contato com as novas tecnologias, mas ensinar como se apropriar destas e, também, objetivando o desenvolvimento de habilidades cognitivas e senso crítico quanto aos seus usos.

Lemos e Costa (2005) apontam alguns indicadores para o processo de inclusão digital: a) indicadores econômicos, a escola deve ter condições econômicas, amparadas pelos governos federal e estaduais, para garantir acesso às novas tecnologias; b) técnico, garantir que o docente tenha domínio sobre as ferramentas tecnológicas e que os estudantes possam se apropriar delas; e c) cognitivo, permita a autonomia e apropriação das tecnologias por parte dos estudantes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presença da tecnologia na vida humana veio para facilitar sua vida, levar à lugares distantes, conectar pessoas ao redor do globo, modificando relações sociais e culturais, pois o mundo tecnológico engendrou subculturas ou nichos culturais em camadas sociais, os chamados “nativos digitais”, que já nasceram no mundo cercado pelo mundo digital.

A escola como instituição e agente transformado da sociedade não ficou de fora das influências engendradas pela tecnologia. Assim, os usos de Tecnologias da Informação e da Comunicação passaram ser implementadas em sala de aula como ferramentas metodológicas.

O grande desafio para a educação no século XXI é fazer com que os estudantes desenvolvam habilidades na construção de conhecimentos, autonomia e cooperação. Assim, o ensino-aprendizagem torna-se ponto central para uma educação para emancipação do aluno enquanto agente político.

Desta forma, a instrumentalização das novas tecnologias como, por exemplo, o uso de computadores, celulares, internet, entre outros, no âmbito educacional pode engendrar momentos de uma metodologia ativa, que traga para a sala o mundo digital, os códigos e as linguagens nas quais os alunos estão, muitas vezes, familiarizados,

bem como a postura de uma metodologia que torne a aprendizagem prazerosa.

E além de ferramenta didática aliada do professor, ensinar sobre as novas tecnologias é também importante para o desenvolvimento intelectual e social dos estudantes, pois as novas formas de alfabetizar passaram a ser exigidas, neste caso em específico a alfabetização digital, ou seja, ensinar aos estudantes como se apropriarem de tecnologias de forma crítica, filtrando informações, usando-as para solucionar problemas.

Assim, garantir o acesso as tecnologias digitais no contexto escolar é um dever de políticas públicas, pois é necessário instrumentalizar os estudantes nos diferentes tipos de aprendizados. E inclusão não significa apenas colocar em contato com tecnologias, mas ensina a se apropriarem destas.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M.E.B; SILVA M.G.M. Currículo, tecnologia e cultura digital: espaços e tempos de web currículo. **Revista e-curriculum**, v.7, n.1, abr., 2011.

ALMEIDA, Marcus de; FREITAS, Maria do Carmo Duarte. (orgs). **Docente e discentes na sociedade da informação**. Col. A Escola no século XXI, v. 2. Rio de Janeiro: Brasport, 2012.

BRAGA, Denise Bértoli. **Ambientes digitais: reflexões teóricas e práticas**. São Paulo: Cortez, 2013

BRASIL. **Declaração de Salamanca e Linha de Ação sobre Necessidades Educativas Especiais**. Brasília: Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, 1994

BRITO, G S. Tecnologias para transformar a educaão. **Educ. rev.** [online]. 2006, n.28. jul/dez. 2006

BUCKINGHAM, D.; WILLETT, R. **Digital Generations: Children, Young People and the New Media.** Routledge, 2013.

CASTELLS. M. A sociedade em rede do conhecimento à política. In: CASTELLS, M.; CARDOSO, G (Orgs). **A sociedade em rede do Conhecimento à aão política.** Imprensa Nacional: Casa da Moeda 2005.

CLARO, Patrícia T. **Sociedade da Informaão, Demandas Educacionais e Gesto da Comunicao no Ensino Aprendizagem:** algumas consideraoes. 2012. Disponvel em: http://www.cibersociedad.net/congres2004/grups/fitxacom_publica2.php?grup=32&id=311&idioma=gl. Acesso em: 05 de jan. de 2022.

KENSKI, V. M. **Educao e Tecnologia:** o novo ritmo da informao. Campinas, SP: Papirus, 2003.

KENSKI, V. M. **Educao e Tecnologias:** O novo ritmo da informao. 6 ed. Campinas, SP: Papirus, 2007.

LEMONS, A. COSTA, L.F. Um modelo de incluso digital: o caso da cidade de

Salvador. **Revista de La Economia Poltica de las Tecnologias de Informao e Comunicaci3n.** v.8, n.6 Sep – Dic 2005.

SOUZA, L. C.. A TIC na Educao: uma grande aliada no aumento da aprendizagem no Brasil. **Revista Eixo**, v. 5, p. Revista Eixo, 2016.

POCHO, Cl3udia Lopes. (Org.) **Tecnologia Educacional:** descubra suas possibilidades na sala de aula. Petr3polis, RJ: Vozes, 2010.

CAPÍTULO 2

USO DE TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (TICS) NA EDUCAÇÃO

Erilene Dantas Junqueira Barros
Gislânia Dantas de Andrade
Adriana Freitas da Silva
Sara Pereira Ferreira
Marcos Vitor Costa Castelhana
Adaci Estevam Ramalho Neto

RESUMO

O ser humano ao longo de milhares de anos criou instrumentos que pudessem facilitar sua vida, desde da criação de ferramentas de pedras passando por aparelhos eletrônicos como, por exemplo, computadores. Esse processo acumulativo só foi possível graças a característica da cultura em acumular processos intelectuais e de ferramentas. O desenvolvimento tecnológico promovido pelo homem busca atender suas necessidades mais básicas como a comunicação até à mais complexa como viagens ao espaço. Os avanços tecnológicos modificaram sensivelmente as relações humanas, diminuíram distâncias e aumentaram a interatividade entre diversos grupos de pessoas. As Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC's) deram um salto importante para as atividades humanas, pois permitiram atividades entre pessoas em diferentes localidades do mundo, dinamizando as comunicações. Assim, a educação também foi afetada pelo avanço da tecnologia no cotidiano da sociedade, novas formas de ensinar usando ferramentas tecnológicas passaram a ser discutidas, buscando delimitar estratégias de seus usos em sala de aula. Dito isto, temos por objetivo averiguar o uso das novas tecnologias no âmbito educacional. Para tanto, procede-se através da metodologia de revisão bibliográfica: sondagem, selecionar e fichar trabalhos que versem sobre a temática. Desse modo, observa-se que uso de tecnologias na educação pode ser uma ferramenta valiosa para a mediação do processo de ensino-aprendizagem.

PALAVRAS-CHAVE: Tecnologia. Ensino-aprendizagem. Metodologia do ensino.

INTRODUÇÃO

A sociedade moderna surgiu após a Revolução Francesa de 1789, que pôs fim ao *Ancien Régime*. Do final do século XVIII ao século XXI, a sociedade humana passou por inúmeras mudanças. Isto deveu-se principalmente aos avanços tecnológicos que sustentaram a sociedade moderna e, posteriormente, contemporânea (HOBSBAWN, 1991).

Foram desenvolvidas máquinas com a Revolução Industrial, como a máquina a vapor; posteriormente a mecanização da mão-de-obra e a emergência das chamadas tecnologias de ponta, tais como computadores e celulares ligados à rede global ou como é mais conhecida: internet.

Os meios tecnológicos tornaram-se tão importantes para o homem que se desenvolveu uma dependência às máquinas, tornaram-se presentes em todas as áreas da vida humana. Basta olharmos à nossa volta para perceber a presença da tecnologia na nossa vida cotidiana. Por exemplo, a presença da televisão é tão proeminente que os especialistas em vários campos debatem os benefícios sociais e os danos que podem causar sobre crianças, adolescentes e adultos, bem como computadores e jogos eletrônicos (POCHO, 2010).

As mudanças sociais provocadas pelos avanços tecnológicos tornaram-se cada vez mais importantes, e a sua utilização na educação escolar passou a ser discutida por educadores desde a década de 1990, quando surgiram sobre possibilidades dos usos das tecnologias em sala de aula.

Portanto, os usos das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) devem estar nas escolas, porque “a presença dela na sala

de aula amplia seus horizontes e seu alcance em direção à realidade” (POCHO, 2010, p.9).

Usamos a definição de TIC's a partir de Leandro Coqueiro Souza que a conceitua “como o conjunto de atividades e soluções providas por recursos de computação que visam permitir o armazenamento, o acesso e o uso das informações para auxiliar a tomada de decisão” (SOUZA, 2016, p. 19).

Deito isto, percebendo o papel que as TICs vêm ganhando destaque no âmbito do ensino escolar. Assim, temos por objetivo discutir a utilização das novas tecnologias na educação, isto é, como as TICs contribuem para o processo de ensino-aprendizagem e como estas estão sendo usadas.

Parece ser quase unânime que o uso das TICs em sala de aula, seja o uso de computadores, tablets, televisão, celulares e projetores, entre outros, podem dinamizar o processo de ensino-aprendizagem.

Há muitas possibilidades, incluindo ambientes virtuais imersivos (realidade virtual), ferramentas de comunicação (tais como blogs), plataformas online, ferramentas experimentais (tais como kits de robôs) e Objetos de Aprendizagem Digital (DLOs).

O objetivo não é apenas implementar de qualquer forma o uso de tecnologias em sala de aula, até mesmo porque o uso de computadores não garante o aprendizado e quando não utilizado de forma adequada pode prejudicar o ensino. É preciso uma adequação didática a cada caso.

Os usos de tecnologias em sala de aula devem ser vistos por duas perspectivas: a primeira delas é dinamizar, tornar mais prazeroso e ativo o ensino-aprendizagem, bem como é essencial capacitar os discentes em educação tecnológica, pois vivemos em um mundo di-

gital e saber pesquisar, selecionar e confrontar informações é de suma importância para pensar e agir como cidadão.

Quando falamos em ensino ativo e significativo estamos apontando para os usos de símbolos e de dadas realidade na qual os discentes estão inseridos. É trazer essa gama cultural, política e social para dentro da sala de aula; é ensinar a partir das diferenças, das diferentes realidades, que possam instrumentalizar estes estudantes a agirem sobre o meio em que vivem.

Portanto, essa geração de estudantes faz parte da geração digital, que estão imersos em tecnologias digitais. Trazer esse aparato para dentro da realidade escolar permite maior aproximação com a realidade dos discentes, pois estes, segundo Denise Bértoli Braga (2013), são “nativos”, ou seja, “jovens que já cresceram imersos e interagindo com esse tipo de tecnologia” (BRAGA, 2013, p. 138).

Sobre os aspectos metodológicos: a metodologia é baseada na revisão bibliográfica, que examinou repositórios online, revistas e periódicos para selecionar e submeter artigos sobre os tópicos acima mencionados. A discussão aqui desenvolvida baseia-se no trabalho de Manuel Castells (2005), Maria da Graça Seton (2015) e Leandro Coqueiro Souza (2016).

1 USO DAS TICS NO ENSINO ESCOLAR

Antes de iniciarmos nossa discussão a respeito das TICs e sua importância para a educação, é mister definir o conceito de tecnologia para que possamos delimitar nosso discurso. Para isto, recorreremos a Kenski que define como um “conjunto de conhecimentos e princípios científicos que se aplicam ao planejamento, à construção e à utilização de um equipamento em um determinado tipo de atividade” (KENSKI, 2003, p. 24).

Segundo o autor Manuel Castells (2003), vivemos em uma “sociedade da informação”, conceito usado para definir uma sociedade que está imersa em tecnologia que permite acessar uma grande gama de informações e que esta tecnologia se tornou elemento participativo na comunicação e das relações sociais.

A escola enquanto instituição que faz parte de uma determinada sociedade não deve estar alheia as novas demandas e possibilidades que são produzidas, por isso, tratar o uso de tecnologias em sala de aula ganhou bastante destaque com a popularização, principalmente, dos computadores e dos celulares smartphones (BALADELLI et al. 2012 p. 162).

As tecnologias educacionais, definidas como “estudo teórico-prático da presença e do papel dos recursos tecnológicos na educação” (LEITE *et al.*, 2014, p. 9), permitiram repensar a práxis pedagógica, agregando novas abordagens, que são instrumentalizadas por diversas tecnologias como, por exemplo, computadores, celulares smartphones, tablets, entre outros.

É também importante que os professores tenham uma atitude diferente daquela dita como tradicional e antiga, em que o papel do professor seria de portador de todas as informações, enquanto os discentes absorveriam esse conhecimento passivamente. É preciso mudar essa lógica ultrapassada, é necessário que os discentes hajam como facilitadores, como mediadores no processo de ensino e aprendizagem, que permitam os discentes serem agentes ativos na construção do conhecimento.

Por que é importante mediar o conhecimento através dos novos meios de comunicação social?

Porque a chamada aprendizagem tradicional é ineficaz e neutra em relação ao contexto e desligada da realidade do aluno, o que

dificulta o desenvolvimento intelectual e a exploração da construção do conhecimento.

Segundo Texeira

O uso de toda uma gama de ferramentas dentro do contexto de sala de aula objetiva aumentar a motivação, tanto de professores quanto de alunos, já que possibilita uma interação diferenciada, mais constante, na medida em que amplia as possibilidades de contato entre educandos e educadores, não mais restrito apenas ao ambiente escolar (TEIXEIRA, 2011, p. 161).

É necessário modificar e adaptar metodologias novas para os discentes, pois a

formação dos alunos no século atual exige que o professor acompanhe a mudança paradigmática da ciência e da educação e as possíveis decorrências das inovações técnicas e tecnológicas, trabalhando de maneira a integrar conhecimentos sociais complexos e tecnologias cada vez mais sofisticadas. (BEHRENS; CARPIM, 2013, p. 109).

Sendo assim, há uma dupla necessidade que pode ser destacada na sociedade e na educação. Uma é a utilização de ferramentas tecnológicas como computadores e telefones como ferramentas na educação, e a outra é que os estudantes possam utilizar estas ferramentas de forma mais crítica, ou seja, que possam utilizar a internet como meio de comunicação e conhecimento crítico, devido à grande quantidade de informações nos quais estão expostos.

Essa grande quantidade informações é gerado justamente pela grande facilidade de acessá-las e da conexão entre diferentes grupos de pessoas que compartilham informações. Destarte, é necessário

a difusão dos conhecimentos feita de maneira mais eficaz por outros meios. A competência do educador deve se deslocar no sentido de incentivar a aprendizagem e o pensamento. O professor se torna um animador da inteligência coletiva que estão ao seu encargo (SETTON, 2015, p. 103).

Como mencionado anteriormente, os alunos são expostos ao mundo da tecnologia desde tenra idade, e cabe às escolas e aos pro-

fessores ensinar e utilizar estas ferramentas digitais quando se diz respeito à educação, instrumentalizar os discentes ao uso de computadores, plataformas virtuais, entre outros, é letrar digitalmente e garantir a inclusão e participação nas aulas. Por isso é importante traçar a realidade social desde o mundo exterior da escola até ao interior, mas pedagogicamente.

O dinamismo oferecido pelas TICs permite o acesso a uma vasta gama de informação que podem complementar os manuais escolares e torna o ensino-aprendizagem divertido e agradável em vez de uma obrigação.

As melhorias qualitativas resultantes da utilização de ferramentas tecnológicas na educação são inegáveis. Facilita o acompanhamento individual e a aprendizagem, dá aos estudantes mais independência e encoraja o trabalho de equipe.

Destarte, entramos em consonância com Silva e Correa, que reflete a

importância das novas tecnologias no processo de ensino-aprendizagem, diagnosticou-se que ao usar as tecnologias como recurso de aprendizagem o professor permite ao aluno dialogar nas mais diversas linguagens além possibilitar a aproximação entre grupos, conhecimentos diferenciados e efervescer o processo crítico e criativo através da comunicação (SILVA; CORREA, 2014, p. 34).

Contudo, há dificuldades na introdução de tecnologia na educação porque muito dos professores não têm formação complementar e não sabem como lidar com tais ferramentas, e em algumas escolas não é financeiramente viável o aparelhamento de tecnologias digitais.

Tais problemas só agravam as desigualdades e podem dificultar a educação, pois mesmo ter uma sala com computadores não é garantia de uma melhor educação. É preciso passar por um processo

de didatização, isto é, escolher as ferramentas mais adequadas e implementar em sala de aula.

Nesse sentido Castells (2005) salienta que:

difundir a internet ou colocar mais computadores nas escolas, por si só, não constituem necessariamente grandes mudanças sociais. Isso depende de onde, por quem e para que são usadas as tecnologias de comunicação e informação (...). Para saber utilizá-lo no seu melhor potencial, e de acordo com os projetos e as decisões de cada sociedade, precisamos (...) conhecer a dinâmica, os constrangimentos e as possibilidades desta nova estrutura social que lhe está associada: a sociedade em rede. (CASTELLS, 2005, p. 78).

As escolas e os professores precisam estar preparados para que o mundo digital se torne uma ferramenta que entre e facilite a rotina escolar, correspondendo às necessidades educativas e sociais. Que os discentes possam se apropriar criticamente das tecnologias digitais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presença dos meios tecnológicos na sociedade contemporânea modificou as relações entre as pessoas, o cotidiano da sociedade está imerso em aparelhos eletrônicos, em meios de comunicação instantânea. Essa capilaridade do universo da tecnologia não podia estar alheia ao ambiente escolar.

O uso de ferramentas tecnológicas como, por exemplo, celulares, tablets e computadores era visto como um empecilho para o ensino, pois, segundo alguns docentes e pessoas da comunidade escolar, “tirava o foco” dos discentes na aula, fazendo com que estes não aprendessem.

Entretanto esta visão tem sido desconstruída há alguns anos. O papel das tecnologias em sala de aula tem sido apontado como ferramentas para facilitar o processo de ensino-aprendizagem.

O papel das tecnologias em sala de aula também tem valor social, pois uma educação crítica e cidadã passa pelo uso das apropriações de tecnologias de comunicação como ferramentas capazes de ajudar os discentes a compreenderem, pesquisarem e usarem ferramentas tecnológicas para transformar uma dada realidade social e política.

Portanto, o papel do professor é extremamente importante na construção do conhecimento utilizando meios tecnológicos, pois este é que irá criar caminhos e ensinar a selecionar informações relevantes e confiáveis, filtrando o conhecimento, pois inserir os discentes em um emaranhado de informações, que nem sempre são verdadeiras, não é benéfico para os discentes, é preciso fazer recortes para utilizar em sala de aula.

Isto nos levar a ponderar que o docente deve estar acompanhando as discussões e mudanças que ocorrem em sua área de atuação, pois é preciso manter uma formação continuada e atento às novas realidade em sala de aula, a novas metodologias para utilizá-las de forma correta.

As novas tecnologias quando instrumentalizadas para o ensino são de extremo valor pedagógico, pois permitem a síntese de uma educação crítica, quando a pesquisa para a construção do conhecimento torna-se algo coletivo e na seleção de informações, e significativa porque são gestadas em um universo que os discentes já conhecem e que novas relações sociais são criadas.

A importância das novas tecnologias no ensino reside também no fato dos discentes dialogarem em diferentes linguagens, aproximar grupos, tipos diferentes de conhecimento e também favorece o processo criativo dos alunos e alunas.

É de suma importância pensar e repensar novas formas de ensinar, utilizando novas linguagens e códigos que são criados no

mundo digital e estão começando a ser fazer presentes no cotidiano escolar. Dito isto, é preciso capacitar os discentes para que possam interpretar estes novos códigos, conhecimentos e relações digitais para poderem usar estas informações de forma crítica.

REFERÊNCIAS

BEHRENS, Marilda Aparecida; CARPIM, Lucymara. A formação dos professores de educação profissional e o desafio do paradigma da complexidade. In: PRYJMA, Marielda (Org.). **Desafios e trajetórias para o desenvolvimento profissional docente**. Curitiba: Ed. UFPR, 2013.

BRAGA, Denise Bértoli. **Ambientes digitais**: reflexões teóricas e práticas. São Paulo: Cortez, 2013

CASTELLS. M. A sociedade em rede do conhecimento à política. In: CASTELLS, M.; CARDOSO, G (Orgs). **A sociedade em rede do Conhecimento à ação política**. Imprensa Nacional: Casa da Moeda 2005.

HOBSBAWN, Eric J. **A era das revoluções**: Europa 1789 -1848. Tradução de Maria Tereza Lopes Teixeira e Marcos Penchel. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

KENSKI, V. M. **Educação e Tecnologia**: o novo ritmo da informação. Campinas, SP: Papirus, 2003.

LEITE, L. S. (coord.) et al. **Tecnologia Educacional**: Descubra suas possibilidades na sala de aula. 8. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

SILVA, R. F.; CORREA, E. S.. Novas Tecnologias e Educação: a evolução do processo de ensino e aprendizagem na sociedade contemporânea. **Revista Educação e Linguagem**, v. 01, 2014.

SOUZA, L. C.. A TIC na Educação: uma grande aliada no aumento da aprendizagem no Brasil. **Revista Eixo**, v. 5, p. Revista Eixo, 2016.

SETTON, Maria da Graça. **Mídia e Educação**. 1. Ed., 2reimpressão. São Paulo: Contexto, 2015.

TEIXEIRA, A. G. D. Um levantamento de percepções de professores sobre a tecnologia na prática docente. **Linguagens e Diálogos**, v. 2, n. 1, p. 159-174, 2011.

POCHO, Cláudia Lopes. (Org.) **Tecnologia Educacional**: descubra suas possibilidades na sala de aula. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

CAPÍTULO 3

DA INTEGRAÇÃO À INCLUSÃO ESCOLAR: REPENSANDO CONCEITOS E PRÁTICAS

Adaci Estevam Ramalho Neto
Gislânia Dantas de Andrade
Erilene Dantas Junqueira Barros
Adriana Freitas da Silva
Sara Pereira Ferreira
Marcos Vitor Costa Castelhanao

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo discutir sobre o conceito de integração escolar e inclusão escolar. O Processo de exclusão dos “diferentes”, das pessoas com deficiência, daqueles que não se encaixam nos padrões homogeneizadores da sociedade é bastante antigo, remontando a antiguidade. Essa percepção excludente das destas pessoas esteve e ainda está bastante arraigada aos processos educacionais e às realidades escolares. A escola, nesta visão tradicionalista, buscou e busca homogeneizar os seus estudantes, no qual são impostas classificações idealizadas sobre suas capacidades e, assim, criando um modelo de estudantes. E aqueles que fogem deste padrão são excluídos, são colocados em salas especiais, são definidos e construídos a partir de sua deficiência física ou intelectual. Todavia, as críticas a exclusão e a idealização de um modelo estudantil perfeito passaram a ser criticados, a comunidade escolar e os pais passaram a defender um processo de inclusão, ou seja, repensar e adaptar as escolas, o sistema educacional e o currículo para receber estes estudantes, contrário à ideia de integração, no qual o estudantes deve se adaptar à escola. Um processo revolucionário amparado legalmente por dispositivos legais. Assim, a práxis pedagógica assumiu uma nova proposta: de ser inclusiva, de criar uma educação a partir da diferença e, conseqüentemente, das necessidades de cada estudante. Para tanto, procede-se através da metodologia de revisão bibliográfica: sondagem, selecionar e fichar trabalhos que discutiam sobre a temática supracitada. Desse modo, observa-se que é importante discutir sobre o que é inclusão escolar e seu caráter inacabado, pois sempre deve estar aberto para incluir novas necessidades e, também, como um dos componentes para a construção de uma sociedade ética e igualitária.

PALAVRAS-CHAVE: Educação. Integração escolar. Inclusão escolar.

INTRODUÇÃO

Falando historicamente, isto é, analisando um processo a partir das mudanças e permanências que são construídas socialmente, culturalmente e politicamente, as concepções sobre a deficiência são explicadas desde a antiguidade como, por exemplo, atribuições mitológicas, seja por castigo divino, no qual incumbiu alguma deformidade ou falta de características físicas ou mentais valorizadas em uma dada realidade, ou ainda como ação demoníaca, decorrentes de pactos ou misticismos satânicos práticas ou impostos a terceiros, isto é, maldições, ou ainda relacionadas às doenças que assolaram a humanidade ao longo do tempo, como a lepra durante a Idade Média.

Destarte, segundo Cristina M. Madeira Coelho

Tramam-se, assim, aspectos religiosos e biomédicos para presidir “verdades” e mitos que, até hoje, marcam a exclusão desse grupo de pessoas “diferentes”. Crenças e atitudes individuais, portanto, são forjadas em uma ampla gama de aspectos socio-culturais, em uma dinâmica contínua e recorrente ao longo da história da humanidade (COELHO, 2015, p. 64)

A construção sobre um modelo perfeito vem sendo construída ao longo do tempo. Quando nos referimos a sociedade moderna ocidental o mito da saúde está diretamente relacionado à aparência e o culto à corpos, diferenciando e classificando aqueles com copos em padrões ditados pela sociedade, mas que distantes da realidade da maioria das pessoas. Cria-se um culto ao corpo magro e musculoso, que causa uma busca desenfreada pelo mito da beleza padrão.

Desta forma, cria-se um estigma e rotulação para aqueles fora do padrão de beleza imposto, relegando corpos e mentes consideradas diferentes à margem da sociedade, à exclusão. Isto ocorre também

com as pessoas com deficiências em contextos educacionais, cria-se um estigma sobre estes.

O ambiente escolar pode ser um espaço para prática e a perpetuação de exclusão, muitas vezes ocorre o isolamento dos estudantes com deficiência nas chamadas salas especiais, no qual são classificados e postos em ambientes distantes dos demais alunos.

Entretanto, como foi discutido acima, a escola tem um papel proeminente para a quebra de estigmas e preconceitos, espaço privilegiado para ensinar e aprender sobre uma sociedade mais justa e inclusiva.

O debate sobre o processo de inclusão de pessoas com deficiência vem ganhando escopo a partir da segunda metade do século XX. Entre os documentos legais produzidos está a Declaração Universal dos Direitos Humanos, que passou a assegurar direitos básicos, principalmente às minorias como, por exemplo, negros e indígenas.

Quando nos voltamos ao processo de inclusão de pessoas com deficiência podemos citar a Declaração de Salamanca de 1994, no qual foi elaborado na reunião internacional de “Educação para Todos”, tido como marco temporal para luta contra preconceitos. Por meio desta declaração foi tomadas discussões e ações orientadas para a inclusão escolar de pessoas com deficiência, passando a criar medidas legais para assegurar a inclusão. O Brasil foi um dos signatários do documento.

É importante que possamos delimitar e diferenciar os conceitos de integração e inclusão, que em primeiro momento parecem ser sinônimos, mas são completamente opostos.

O conceito de integração escolar é referente a entrada de estudantes com deficiência em escolas regulares. Entretanto, a lógica da integração passa pelo preparo destes estudantes para as salas regu-

lares, isto é, o aluno que deve se adaptar à escola, caracterizando um processo de exclusão seletiva, pois nem todas apresentam, seguindo a lógica de integração, condições de serem integrados em uma sala comum.

O conceito de inclusão escolar é revolucionário e inverso ao de interação. Inclusão escolar pressupõe que a escolas se adaptem aos estudantes com deficiência. Para Maria Teresa Eglér Mantoan (2003), este conceito pressupõe uma mudança de paradigma educacional, pois a infraestrutura e o currículo devem ser repensados e adaptados para receberem estes alunos.

Portanto, compreendendo a importância sobre a inclusão para a educação e a sociedade, temos como objetivo discutir a inclusão escolar de estudantes com deficiência.

Para Coelho (2015, p. 60) “o grande desafio do processo histórico da inclusão educacional é passar do plano de princípios ou das leis e orientações institucionais para a implementação de uma prática, no plano da ação”.

Ainda segundo a autora, não existem receitas de como agir, isto é, uma cartilha a ser adotada que oriente todos os processos inclusivos, pois este processo é feito a partir das especificidades de cada estudante e contexto social e educacional.

Nos orientamos sobre os princípios da inclusão a partir de uma práxis pedagógica transformadora é um dos caminhos possíveis para superar os preconceitos e, assim, garantir uma educação para todos.

Para tanto, a metodologia aplicada foi a da revisão bibliográfica, através da análise de literatura que discutiam o tema aqui proposto. Portanto, utilizamos autores como: Coelho (2015), Mantoan (2003), Ross (2000) e Pienta (2020).

1 DA INTEGRAÇÃO ESCOLAR À INCLUSÃO ESCOLAR: CONCEITOS E PRÁTICAS

A escola foi construída socialmente, culturalmente e politicamente a partir de uma seletividade e idealização de um modelo de estudante, dotado de características perfeitas e que atendiam as expectativas do sistema educacional. O processo de homogeneizador dos estudantes, essa assepsia formadora de uma massa estudantil é ainda bastante forte. O diferente é relegado, é excluído, marginalizado. Não faz parte da engrenagem dita perfeita de um modelo de estudante nos padrões iluministas.

Esse processo de exclusão dos estudantes com deficiência é mascarado, é velado, nos faz pensar que a escola é formada por diversidades, por múltiplas identidades, por múltiplos corpos. Entretanto, são desenvolvidas diferentes estratégias para fomentar o processo de exclusão destes estudantes, são ofertados serviços educacionais ou terapêuticos para estes. Portanto, “essa perspectiva, cria-se uma pedagogia “especial” destinada às pessoas com desenvolvimento atípico, que organiza um jogo contraditório em que esses sujeitos são aprisionados” (COELHO, 2015, p. 61).

Assim, pessoas com deficiência são,

[...] em determinadas circunstâncias, (...) são atribuídas características especiais para dirigir-lhes tratamento, proteção e assistência, (mas ao mesmo tempo), criar ao seu redor uma rede de relações de dominação e de poder, na qual o indivíduo tratado, protegido e assistido é inferiorizado e normalizado por conta de sua anormalização que justifica a criação desta estrutura. (ROSS, 2000, p. 255).

Deste modo, o estudante com deficiência é definido a partir de sua deficiência, seguindo esta lógica, sua “falta” é que determinada as ações nestas salas especiais, que são espaços de isolamento e exclusão, retirando a socialização destes “diferentes” com os demais.

O processo de inclusão é um processo ainda recente que

se configura complexo por evidenciar a separação conflituosa que é habitualmente feita entre o individual e o social: enquanto os aspectos sociais e as configurações institucionais atingem diretamente os indivíduos que os compõem, de forma coercitiva e determinante, em contrapartida os sujeitos dessa nova experiência social se constituem como organizadores da mesma, por meio da convivência continuada e relações estabelecidas nessa convivência. Simultaneamente, agentes e pacientes, soberanos e escravos.

Isto é, o processo de inclusão evidencia um processo de exclusão do outro, no qual é considerado diferente, que o hierarquiza, que o relega a não fazer parte da comunidade, das engrenagens sociais.

Antes de tudo, é necessário compreender melhor os conceitos de integração e inclusão, é necessário distinguir estes dois conceitos para que não ocorra erros ou dúvidas. O conceito de integração escolar é referente à inserção de estudantes com deficiência em escolas regulares, o que implica dizer que estes alunos, quando prontos, serão inseridos em salas comuns, isto é, são estes indivíduos que devem se adaptar à escola. Assim, como caracteriza Pienta (2020), é um processo de exclusão seletiva.

O conceito de inclusão refere-se a uma mudança de paradigma, à uma revolução no sistema educacional, para Mantoan (2003), pois é a escola que deve adaptar-se aos estudantes com deficiência, “oferecendo o que precisa para seu pleno desenvolvimento, respeitando seu ritmo e características pessoais” (PIENTA, 2020, p. 25).

Ainda segundo a autora, a inclusão escolar “pressupõe mudanças significativas, radicais mesmo, em bases estruturais da escola tradicional, como currículo, avaliação e metodologia” (PIENTA, 2020, p. 26).

Como citado anteriormente, o processo de inclusão passou a ser debatido a partir da segunda metade do século XX. Mas é em 1990

que este debate ganhou mais fôlego quando nos referimos a educação inclusiva. Neste ano ocorreu a conferência de Jomtien, organizada pela UNESCO, no qual foi discutido o acesso universal para os estudantes com deficiência.

Outro importante documento foi produzido em 1994, a Declaração de Salamanca, produzida durante a Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais: acesso e qualidade. O supracitado documento defende a educação para todos.

Em 1999, na Guatemala, foi realizada a Convenção Interamericana para eliminação de todas as formas de discriminação contra as pessoas portadores de deficiência. O Brasil assinou a Declaração da Guatemala, por meio do Decreto n. 3.956/2001, determinando que “as pessoas portadoras de deficiência têm os mesmos direitos humanos e liberdades fundamentais que outras pessoas e que estes direitos, inclusive o direito de não ser submetidas a discriminação com base na deficiência” (BRASIL, 2001).

Ainda sobre a convenção da Guatemala, esta define a discriminação como

toda diferenciação, exclusão ou restrição baseada em deficiência, antecedente de deficiência, consequência de deficiência anterior ou percepção de deficiência presente ou passada, que tenha o efeito ou propósito de impedir ou anular o reconhecimento, gozo ou exercício por parte das pessoas portadoras de deficiência de seus direitos humanos e suas liberdades fundamentais (GUATEMALA, 1999. art. 1º, nº 2).

Portanto, o debate sobre a inclusão escola vem ganhando bases legais, para segurar que estudantes com deficiência sejam incluídos nos ciclos escolares regulares. Ainda nesta linha de pensamento, é importante entender o processo de inclusão a partir de seu aspecto inacabado, pois novas necessidades e mudanças são exigidas. Assim,

a escola, os professores e a comunidade devem construir uma educação inclusiva.

Para Mitjans Marinez (2006) é essencial que alguns pontos ou aspectos sejam levados em consideração na organização do trabalho pedagógico quando nos referimos a educação inclusiva. Para o autor: a) é necessário a criação de espaços em que seja possível a comunicação entre os indivíduos, o que contribuirá para construir novas formas de se entender a aprendizagem e a valorização da diferença, que possa ser compreendida como parte integrante das identidades; b) estimular que os estudantes com deficiência possam desenvolver suas habilidades; e c) entender a avaliação educacional como orientadora da prática pedagógica, e não simplesmente para atribuir um valor numérico.

Mas de que forma poderíamos definir uma escola inclusiva? Para Pienta, uma escola inclusiva

precisa ser flexível em sua organização pedagógica, a fim de apoiar seus profissionais e criar ambientes de aprendizagem com base na promoção da cultura da diversidade, no desenvolvimento de redes de apoio aos estudantes e na adoção de abordagens efetivas de ensino, nas quais são identificados os interesses, as habilidades, as motivações e as limitações dos educandos (PIENTA, 2020, p. 42)

Portanto, é necessário um diálogo entre as mais diferentes esferas da sociedade, é preciso que a inclusão seja um processo defendido por todos, guiados pela ética, pelos direitos humanos e da universalidade educativa e socialização.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Assim, a inclusão escolar foi analisada e discutida a partir da relação dialógica entre diferentes aspectos e contextos. Buscamos conectar pontos sobre a percepção ao longo do processo histórico sobre

o conceito de deficiência e dos processos que participaram para a criação do conceito de inclusão social e educacional desses grupos.

Aos analisarmos a interrelação processual entre estas duas questões levantadas acima, podemos perceber uma dicotomização e uma divisão entre uma construção individual, ou como é vista a deficiência, constituída a partir ou como um problema individual, isto é, é uma falta ou não padronização sobre a constituição do indivíduo, a diferença o marca, o hierarquiza; o outro ponto é sobre a síntese da inclusão, no qual podemos vislumbrar que esta é uma construção social e, como objetiva desconstruir preconceitos e exclusões é, portanto, transformadora, desestabilizadora dos preceitos sociais, culturais e políticos.

Portanto, o processo de inclusão escolar deve ser entendido como uma construção que não está pronta, vem sendo repensada e reformulada para atender a todos os estudantes. Incluir estudantes com deficiências, seja ela qual for, deve ser uma das bases para a construção de uma sociedade ética e igualitário, com valorização da diferença, que possa ser ensinada e entendida como positiva.

A escola ganha um papel de destaque para o combate da exclusão, e para a desconstrução de preconceitos e por uma sociedade mais igual. A escola é um campo privilegiado pois permite a formação das gerações futuras, é neste contexto que os estudantes podem aprender sobre o respeito, a importância da diferença e da inclusão de pessoas com deficiência.

Destarte, a escola além de ensinar sobre a importância da desconstrução de preconceitos, é também agente que deve passar por transformações. Deve transformar sua estrutura física e curricular para adequar-se aos estudantes com deficiência, não o estudante adequa-se à escola, que caracterizaria a simples integração.

Ensinar didaticamente sobre o conceito de identidades é necessário em sala de aula, as identidades são voláteis, maleáveis e são construídas socialmente, culturalmente e politicamente. Isto também envolve fisicamente e mentalmente os indivíduos. Identidades tidas como não pertencentes ao “modo normal”, isto é, pessoas com deficiências, minorias como, por exemplo, a comunidade LGBTQIA+, indígenas e negros, são relegados para a fronteira, para a exclusão.

A compreensão das múltiplas identidades, da formação de uma sociedade heterogênea é um caminho necessário para repensar sobre como excluimos os “diferentes”, de como os excluimos socialmente, nos ciclos sociais e nas escolas. Repensar estas estruturas que foram construídas ao longo do tempo é desestabilizante mentalmente, pois estamos acostumados, estamos naturalizados sobre o desprezo à diferença.

É preciso força e ação prática para compreender a complexa formação identitária e suas múltiplas nuances. Isto é, perceber que a fala e as ações podem ser excludentes, desta forma passamos a entender e mudar nossa percepção e a lutar juntamente com as pessoas com deficiência pelo processo de inclusão social, política e educacional.

Quando nos referimos ao processo de inclusão escolar estamos nos afastando da ideia de integração, no qual os estudantes com deficiência são preparados para participar das aulas comum, isto é, com os demais alunos. Quando nos referimos à inclusão escolar estamos falando sobre uma revolução educacional que sempre está a ser construída a partir das necessidades e dos debates. É a preparação da escola, sua transformação física e curricular, este último caso referente à prática educacional, que deve ser inclusiva e adequada aos estudantes e para ser adequada deve ser construída a partir da diferença.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Resolução n. 2**, de 11 de setembro de 2001. Brasília, DF: Câmara de Educação Básica, 2001.

COELHO, Cristina M. Madeira. Inclusão escolar. In: MACIEL, Diva Albuquerque; BARBATO, Silvane (org.). Desenvolvimento humano, educação e inclusão social. 2015. p. 60 - 77.

GUATEMALA. Assembléia Geral, 29^o período ordinário de sessões, tema 34 da agenda. **Convenção interamericana para a eliminação de todas as formas de discriminação contra as pessoas portadoras de deficiência** (original em espanhol), 1999.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer?** / Maria Teresa Eglér Mantoan. – São Paulo: Moderna, 2003.

MITJÁNS MARTINEZ, A. A perspectiva histórico-cultural da subjetividade: implicações para o trabalho pedagógico com crianças deficientes. *Novas subjetividades, currículo, Docência e questões Pedagógicas - na perspectiva da inclusão social. Anais do XIII ENDIPE*, Recife: 2006. p. 371-387

ROSS, P. R. O Normal e o Patológico na Sociedade Moderna Pós-Moderna. **Anais**

do III Congresso Brasileiro sobre Síndrome De Down 'Inclusão Como Cumprir Esse Dever', Curitiba, Paraná, 2000.

PIENTA, Ana Cristina Gipiela. **Fundamentos da educação especial e inclusiva**. - 1. ed. - Curitiba [PR]: Iesde, 2020.

CAPÍTULO 4

O PERFIL DO PROFESSOR NO SÉCULO XXI: REPENSANDO A PRÁTICA PEDAGÓGICA

Adriana Freitas da Silva
Gislânia Dantas de Andrade
Erilene Dantas Junqueira Barros
Sara Pereira Ferreira
Marcos Vitor Costa Castelhana
Adaci Estevam Ramalho Neto

RESUMO

A virada para o século XXI marcou o início de um novo milênio para as sociedades humanas, que nos últimos passaram por grandes transformações, seja de ordem política, social, cultural ou intelectual. A sociedade foi afetada sobremaneira com as novas tecnologias que diminuíram distância e alargaram o campo de atuação no homem na terra e até mesmo no espaço. Uma sociedade gestada a partir de novas conjecturas, de novas formas de pensar e agir e que engendrou novas demandas nos horizontes de perspectivas e ação. Essas transformações e demandas também alteraram a prática docente e a comunidade escolar. A postura de um professor de cinquenta anos atrás é totalmente diferente da de hoje, pois novas perspectivas e necessidades surgiram, os discentes transformaram-se nessa pós-modernidade, ativos, conectados ao mundo digital e questionadores em sala de aula, levando os docentes a pensarem e a refletirem sobre sua própria práxis pedagógica, isto é, o perfil do que é ser professor mudou, foi exigido a mudar. Destarte, temos por objetivo analisar e discutir o papel e o perfil docente no século XXI. Justifica-se a investigação pois é preciso refletir sobre o papel docente, de como este mudou e como é preciso adaptar-se às novas necessidades para construir uma educação ativa e que possa mudar dados contextos, que permite aos discentes serem cidadãos atuantes. Para tanto, procede-se a partir da revisão bibliográfica, definidas as seguintes etapas: sondagem de textos que discutiam a temática, seleção dos trabalhos mais relevantes, fichamento, análise e escrita do artigo. Desse modo, observa-se que novos contextos engendraram novas práticas docentes que refletiram sobre as identidades de professores e professoras.

PALAVRAS-CHAVE: Educação. Práxis pedagógica. Perfil docente.

INTRODUÇÃO

Com a entrada no novo milênio, o século XXI, passamos a viver em uma nova ordem mundial, isto é, um novo paradigma político. Se antes o mundo estava inserido na polarização entre os Estados Unidos da América (EUA) e das Repúblicas Socialistas da União Soviética (URSS), uma capitalista e outra comunista respectivamente, contexto denominado de Guerra Fria.

Vivemos em mundo dominado pelas ideias de progresso econômico e tecnológico gestados pelo sistema capitalista. Assim, as sociedades humanas passaram a serem construídas por estas ideias. O século XXI é marcado pelo presentismo, por uma aceleração do tempo e pelo encurtamento das distâncias, graças aos avanços das tecnologias.

Atingimos um grau de globalização nunca visto antes, conectamos todas as partes do mundo por meio de tecnologias conectadas ao sistema global de redes de computadores ou simplesmente internet. Este novo cenário levou às mudanças significativas na sociedade, tanto de ordem política, social, cultural e até mesmo intelectual.

Fazendo parte da construção social e política da sociedade, a educação não estaria alheia as novas formas de pensar e agir do século XXI. Assim, o papel do professor passou a ser discutido, quais suas novas demandas? Como ensinar neste novo cenário permeado por tecnologias? Como este vem lidando com as transformações e quais impactos em sua construção identitária?

Destarte, temos por objetivo analisar e discutir o papel e o perfil docente no século XXI. A postura de um professor de cinquenta anos atrás é totalmente diferente da de hoje, pois novas perspectivas e necessidades surgiram, os discentes transformaram-se nessa pós-mo-

ternidade: ativos, conectados ao mundo digital e questionadores em sala de aula, levando os docentes a pensarem e a refletirem sobre sua própria práxis pedagógica, isto é, o perfil do que é ser professor mudou, foi exigido a mudar.

Justifica-se a investigação pois é preciso refletir sobre o papel docente, de como este mudou e como é preciso adaptar-se às novas necessidades para construir uma educação ativa e que possa mudar dados contextos, que permite aos discentes serem cidadãos atuantes

A identidade docente no século XXI é estar atenta de que os conhecimentos teóricos dos componentes curriculares e pedagógicos devem ser diversificados, isto é, devem ser transversais, incluindo conceitos e contexto de outras áreas do conhecimento.

É também importante que o ato de ensinar é uma via de mão dupla como afirma Maria do Céu Roldão (2007, p. 95), quando define a função de ensinar como uma “figura da dupla transitividade e pelo lugar de mediação”. Ou seja, o processo de ensino na verdade é um processo de ensino-aprendizagem, pois a construção do conhecimento é feita de forma coletiva.

Ainda segundo a autora

Saber produzir essa mediação não é um dom, embora alguns o tenham; não é uma técnica, embora requeira uma excelente operacionalização técnico-estratégica; não é uma vocação, embora alguns a possam sentir. É ser um profissional de ensino, legitimado por um conhecimento específico exigente e complexo (ROLDÃO, 2007, p. 102).

Assim, o processo de torna-se professor é marcado por um conjunto de escolhas objetivas e subjetivas, de processos de identificação tal como e por ser identificado a partir destas construções identitárias. Como afirma, José A. Pacheco e Maria Assunção Flores (1995, p. 45), que “é um processo dinâmico e evolutivo que compreende um

conjunto variado de aprendizagens e de experiências ao longo das diferentes etapas formativas”

E o conhecimento não deve estar desassociado da realidade social e política dos discentes, neste novo contexto, cabe ao docente a construção de um planejamento que seja feito a partir da diferença, da realidade dos discentes que possa ser contextualizado e, também, quando possível possa sair do campo das ideias e para o campo prático. Destarte, ser professor no século XXI é poder desenvolver competências, caracterizada como um conjunto de arranjos intelectuais e informacionais, e habilidades, relacionada ao sentido mais prático.

Para tanto, procede-se a partir da revisão bibliográfica, definidas as seguintes etapas: sondagem de textos que discutiam a temática, seleção dos trabalhos mais relevantes, para tanto escolhemos os textos de Isabel Alarcão (2001), Antônio Fávero Sobrinho (2010), Emerson Lizandro Dias Silveira (2013), Gleicione Apa. Dias Bagne Souza (2014) e Philippe Perrenoud (2000), fichamento, análise e escrita do artigo.

O artigo é dividido em três seções. Na primeira discutiremos a mudança de contexto que engendrou na formação do perfil docente no século XXI. Na segunda analisaremos a postura do professor-pesquisador como parte deste perfil e a relação professor-aluno. Na terceira seção analisaremos o uso das tecnologias pelo docente em sala de aula. Ao final do artigo, apresentamos considerações finais sobre a análise aqui promovida.

1 PERFIL DOCENTE NO SÉCULO XXI: NOVOS PARADIGMAS

A entrada no novo milênio marcou historicamente a sociedade Ocidental, pois abriu horizontes de expectativas e atuação, marcados pelo desenvolvimento das Tecnologias de Informação e Comunicação

(TIC), que permitiram o encurtamento de distância e, assim, um maior nível de globalização.

A Terceira Revolução Industrial lançou as bases para a construção de integração dos mercados econômicos, segundo Silveira (2013). Na primeira metade do século XXI teve início o processo para a Quarta Revolução Industrial, que é caracterizada pela busca na melhora da produtividade e pelos usos de aparelhos altamente sofisticados, como meios de comunicação, alterando as relações humanas.

As mudanças ocorridas gestaram novos contextos sociais, políticos, culturais e intelectuais. Esse processo de construir e transformar ocorreu simultaneamente nas sociedades humanas. Transformações estas que foram balizadas, principalmente, pelo modelo econômico capitalista e pelas tecnologias que engendraram novas necessidades, pensamentos e ações.

Dentro deste novo contexto a educação passou a ser alvo de debates sobre seu papel perante ao novo paradigma. A percepção das mudanças que estavam ocorrendo levava, na década de 1990, a realização, pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), da Conferência Internacional sobre Educação realizada na cidade de Jomtien, Tailândia.

A Conferência de Jomtien tinha como objetivo discutir novas abordagens para com as novas necessidades de aprendizagem, bem como definir metas para a educação básica e, ainda, assegurar o compromisso dos Governos para com o desenvolvimento da educação para todos (UNESCO, 1990).

Com as novas demandas o papel do professor passou a ser modificado, a ser repensando, e sua construção identitária fora modificada. Ser professor no século XXI passou a ser discutido justamente

para repensar sua práxis pedagógica, com o objetivo de acompanhar as novas necessidades.

Portanto, este processo de reflexão levou a ressignificar a formação continuada, vista como um mero mecanismo de teorização, mas subjacente à realidade. A formação continuada passou a ser entendida como uma “tomada de posição capaz de enriquecer a sua prática, e propiciar mudanças em sua prática profissional que venham ao encontro dos grandes desafios educacionais contemporâneos” (SILVEIRA, 2013, p. 36).

Segundo Perrenoud (1999), a formação continuada é um caminho que sempre está em construção, não esgotando em um determinado número de capacitações. Portanto, o perfil do professor no novo milênio deve ser construído a partir de uma identidade aberta, isto é, o docente deve ser receptivo às novas metodologias, às novas tecnologias e aos novos perfis dos discentes.

A educadora Isabel Alarcão (2001) argumenta que é imperativo romper com as antigas tradições educativas que colocam o docente no papel central do processo de ensino. Para a autora, é possível que o docente tenha a construção de sua prática pedagógica a partir da formação continuada, pois neste momento é que o docente engendraria e tencionaria novas reflexões e práticas didáticas.

A identidade docente no século XXI é marcada pela necessidade de não apenas mediar o conhecimento escolar junto dos discentes, mas, também, relacionar conteúdos e contextos dos alunos com as temáticas estudadas, isto é, o planejamento didático deve ser construído a partir da diferença, da realidade dos discentes, trazendo símbolos e linguagens do universo sociocultural destes para sala de aula, criando uma ponte, o que torna o ensino ativo e, quando possível, instrumentalizável para o mundo social (SOUZA, 2014).

2 PROFESSOR-PESQUISADOR E A RELAÇÃO PROFESSOR-ALUNO

O professor está inserido em uma dicotomia, entre o ensino e a pesquisa, anteriormente visto como um simples reproduzidor de conhecimentos produzidos na academia. Está perceptiva dicotômica é incompatível com o novo paradigma educacional, pois é preciso que o professor seja pesquisador sobre sua própria prática docente em diálogo com leituras teóricas e práticas, criando condição de alinhamento entre saberes específicos e como mediar esses conhecimentos (SOUZA, 2014).

Pois, segundo Caimi (2006), a condição do professor/professora de dominar os conteúdos específicos não é garantia de um processo de ensino-aprendizagem de qualidade e eficaz. Pois faltam ferramentas teórico-metodológicos sobre o ensino-aprendizagem, visto como ambivalente. Estas duas linhas, domínio dos conteúdos específicos e das ferramentas pedagógicas, devem convergir, alinhando-se e completando-se mutuamente para um processo de ensino-aprendizagem eficaz.

Nossa assertiva sobre o professor-pesquisador coaduna-se com a de Flávia Eloisa Caimi que considera um professor pesquisador-reflexivo como

capaz de investigar os problemas que se colocam no cotidiano escolar; de mobilizar conhecimentos, recursos e procedimentos para a sua superação; de avaliar a adequação das suas escolhas e, finalmente, de reorientar a ação para intervenções mais qualificadas no processo de aprendizagem dos alunos. O professor não seria, assim, um simples técnico, reproduzidor de conhecimentos, mas um profissional capaz de inovar, de participar das decisões, de interagir com seus pares, de dialogar com a produção teórica e metodológica pertinente ao seu campo de conhecimento e, sobretudo, de produzir conhecimentos sobre o seu trabalho (CAIMI, 2006, p. 28-29).

Esta postura orientadora permite visualizar a construção do aluno como agente histórico e cultural, distanciando-se da idealização de um modelo fixo no tempo e espaço. Os alunos e alunas passam a serem vistos como produtos histórico-culturais no século XXI, o que significa que estão em constante mudanças, rompendo com a homogeneidade dos agentes em sala, que engessava o ensino e sua pequena abrangência. Pois segundo Fávero Sobrinho

essa concepção de aluno, diante da velocidade das transformações históricas, não se concretiza mais de acordo com as idéias pré-concebidas pelas teorias pedagógicas. O aluno que está em sala de aula já não corresponde a nenhuma das representações propostas pela cultura escolar de natureza iluminista, porque, hoje, na posição de *sujeito do conhecimento*, ele é, sobretudo, um sujeito histórico, que traz para a sala de aula um repertório de experiências constitutivas da cotidianidade da sociedade contemporânea (SOBRINHO, 2010, p. 8).

A escola, em uma perspectiva histórico-cultural, passou a ser vista como campo em que experiências são construídas, assimiladas e ressignificadas, pluralizando estes sujeitos, a escola torna-se uma estrutura complexa e que vozes de diversos agentes são sentidas. Assim, o ensino também se torna complexo, por erigir uma necessidade de uma educação a partir do individual, que possa abranger as particularidades e semelhanças entre os discentes.

Portanto, entre as características docente no século XXI é a relação dialógica entre professor e aluno, no qual ambos são agentes na construção do conhecimento, e esta relação deve ser pautada no respeito, ética e proximidade (SOUZA, 2014).

3 DOCENTES E AS TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (TIC)

A discussão sobre os usos de tecnologias em sala de aula vem sendo discutido nas últimas duas décadas. Com a popularização e de-

mocratização do acesso à internet, no final dos anos 1990, este debate foi intensificado.

Os “nativos digitais” são crianças que já nasceram rodeados por tecnologias de comunicação e informação, e estão familiarizados com estes aparatos eletrônicos. Estas tecnologias podem ser usadas para comunicação e também acessar uma grande variedade de informações. Assim, o papel do professor que antes era de detentor único de conhecimento perdeu espaço, ao passo que os alunos também poderiam ter acesso a variados conhecimentos.

Desta maneira, o papel do professor ganhou um novo aspecto, de mediador e facilitador no ensino-aprendizagem, isto é, com a universalização dos conhecimentos o docente tem como função ensinar a filtrar e mediar estas informações. Caracterizando um novo contexto gerado pelas TICs.

Entretanto, não basta a implementação de computadores, tablets e celulares com acesso a internet para que sejam benéficas ao ensino. É preciso que os professores estejam abertos aos usos de tecnologias em sala de aula e para tanto é imperativo conhecer e entender estas novas ferramentas.

Sendo necessário a instrumentalização didática para que se possa trabalhar estas novas tecnologias e, assim, “criando novas metodologias de ensino que tenham como ponto de partida o contexto da instituição de ensino e características do aluno” (SILVEIRA, 2013, p. 39).

Desta forma, ser professor no novo milênio é lidar, de forma didática e contextualizada, com as novas tecnologias e que não se pode eliminar estas ferramentas, tão arraigados no cotidiano dos discentes, dentro do contexto escolar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Portanto, ser professor no século XXI é essencial que este esteja aberto aos novos desafios impostos pela realidade que se constituiu nos últimos anos. A identidade docente no novo milênio é permeada pela busca de aliar conhecimentos em diálogo com a realidade social e política dos alunos, pela busca de desenvolver habilidades e competências nos estudantes para que estes possam agir sobre o tecido social.

As identidades docentes neste novo contexto devem ser construídas a partir da flexibilização das práticas docentes, pois são exigidos novas papéis e novas realidades como.

As tecnologias de informação e comunicação (TIC) vieram para dinamizar o ensino-aprendizado, para abrir um leque de possibilidades de novas posturas pedagógicas e didáticas como, por exemplo, os ambientes virtuais que permitiram que aulas pudessem ser realizadas remotamente conectados a internet ou ainda a acessibilidade de uma vasta gama de informações.

Nascidos em uma realidade digital, os “nativos digitais” não podem estarem desassociados das novas tecnologias enquanto estiverem em aula, não se pode excluir este aspecto de sua realidade. Portanto, é preciso que a postura do professor, frente a esta nova realidade, seja aberta e que ele mesmo consiga instrumentalizar tecnologias e ações para o processo de ensino-aprendizagem.

Destarte, é necessário que os docentes estejam aptos a didatizarem estas tecnologias, isto é, que possam estar familiarizados com o uso de tecnologias em sala de aula. Para isto, é necessário que os cursos de formação continuadas sejam ofertados e que estes o façam, que compreendam as bases teóricas para que possam fazer na prática.

E para isto, a formação continuada não deve ser vista como uma finalidade em si mesma, mas como meio para refletir sobre sua própria práxis pedagógica e, assim, implementar novas didáticas para o ensino-aprendizagem.

Ficou evidente também que a construção do conhecimento é feita a partir da mediação entre o docente e seus discentes, diferente de como se observava há alguns anos atrás. O novo perfil do professor no século XXI deve entender que a construção do conhecimento é ativa, é uma construção coletiva.

Deste modo, o papel de professor-pesquisador ou professor-reflexivo emerge neste novo contexto. Esta identidade docente é caracterizada pela seguinte postura teórica e metodológica: refletir sobre sua prática pedagógica, antes, durante e após a práxis. Assim, permitindo criar e instrumentalizar novas abordagens metodológicas e teóricas visando o melhoramento do ensino.

REFERÊNCIAS

ALARCÃO, Isabel (Org.) **Escola reflexiva e nova racionalidade**. Porto Alegre: Artmed, 2001.

CAIMI, F. E. Por que os alunos (não) aprendem História? Reflexões sobre ensino, aprendizagem e formação de professores de História. **Revista Tempo**. v. 11, nº 21, p. 17- 32, 2006.

FÁVERO SOBRINHO, Antônio. O aluno não é mais aquele! E agora, professor? A transfiguração histórica dos sujeitos da educação. **Anais do I Seminário Nacional: Currículo em Movimento - Perspectivas Atuais**, Belo Horizonte, p. 1 - 17, nov., 2010.

PACHECO, J. A.; FLORES, M A. **Formação e avaliação de professores**. Porto: Porto Editora, 1995.

PERRENOUD, Philippe. **Construir as competências desde a escola**. Porto Alegre: Artmed, 1999.

ROLDÃO, Maria do Céu. Função docente: natureza e construção do conhecimento profissional. **Revista Brasileira de Educação**. v. 12 n. 34, p. 94 - 103, jan./abr. 2007.

SILVEIRA, Emerson Lizandro Dias. O perfil do professor do século XXI: uma reflexão necessária. **Revista de Educação Dom Alberto**, v. 1, n. 3. p. 32-42, jan./jul., 2013.

SOUZA, Gleicione Apa. Dias Bagne de. Qual o perfil do professor do século XXI?. **Recorte - Revista Eletrônica**.v. 11, n. 1, s/p, jan./jun., 2014.

UNESCO. **Declaração Mundial sobre Educação para Todos: Satisfação das Necessidades Básicas de Aprendizagem**, 5 a 9 de março, Jomtien, Tailândia: UNESCO, 1990.

CAPÍTULO 5

SOCIEDADE, CULTURA E EDUCAÇÃO: O FILME “DEUS E DIABO NA TERRA DO SOL (1964) NO ENSINO DE SOCIOLOGIA

Sara Pereira Ferreira
Adriana Freitas da Silva
Gislânia Dantas de Andrade
Erilene Dantas Junqueira Barros
Marcos Vitor Costa Castelhanos
Adaci Estevam Ramalho Neto

RESUMO

Partindo do pressuposto que a sociedade atual é marcada pelo novo e pelas diferentes formas de ensinar e aprender, o uso de novas metodologias e estratégias para um ensino cada vez mais significativo e articulado com a realidade do educando se faz necessário. Essa narrativa se dispõe a refletir sobre como o uso do cinema em sala de aula pode contribuir para o ensino de sociologia, bem como analisar como os filmes podem oferecer espaços para a problematização de temas inerentes a sociedade. No que diz respeito as práticas de cunho metodológico, essa pesquisa partirá do princípio da sondagem, fichamento e revisão bibliográfica de obras e autores que abordam a temática exposta. Assim, se verificou que o cinema nas aulas de sociologia oferece aos educandos acesso a diferentes discursos e perspectivas que abrem espaço para problematizações e auxiliam no desenvolvimento de uma educação pautada na diversidade. Conclui-se que o uso de novas estratégias se faz necessário para uma ampliação de recursos didáticos que possibilitam aos alunos terem acesso as mais diferentes formas do ensino.

PALAVRAS-CHAVE: Ensino de sociologia; Cinema; Prática Docente.

INTRODUÇÃO

No decorrer do tempo o desenvolvimento vertiginoso das tecnologias de informação e comunicação bem como os recursos audiovisuais tem adentrado a vida dos mais diferentes sujeitos de uma sociedade cada vez mais modernizada e ávida por informação. Tal contexto não poderia ser diferente na realidade escolar que se comunica diretamente com as demandas de cunho social e as novas formas de ensinar e aprender.

Os alunos que compõem o público escolar na atualidade se caracterizam por um processo de mudança e diálogos experienciais cotidianos entre diversas áreas do conhecimento. Dessa forma os profissionais da educação devem ter em mente que os métodos de ensino de décadas atrás não correspondem as subjetividades do presente.

Por conseguinte, a necessidade de se buscar estratégias que objetivassem aproximar os conteúdos escolares com as vivências sociais dos educandos proporcionou um fortalecimento de elementos de cunho cultural que garantissem a inserção de recursos e linguagens audiovisuais no ensino. Assim muitos educadores buscam através da utilização de vídeos, músicas, séries ou filmes estabelecer as bases para um processo de aprendizagem mais dinâmico e significativo.

O cinema por sua vez pode proporcionar meios capazes de modificar realidades, aproximando professor e aluno eventualmente tão distantes pelas diferenças geracionais. Além disso, os sons, falas e imagens cinematográficas proporcionam experiências com as mais diferentes linguagens, criando situações que podem levar a análise, pensamento crítico e troca de opiniões e perspectivas essenciais para a formação pedagógica.

Nessa perspectiva, essa análise tem como objetivo compreender como o cinema pode ser utilizado no ensino de Sociologia através da utilização do filme “Deus e o Diabo na Terra do Sol (1964), criado e dirigido por Glauber Rocha.

O filme retrata de forma poética as manifestações culturais e religiosas do povo nordestino ao mesmo tempo que escancara a realidade do homem sertanejo marcado pela seca, pobreza e opressão. No decorrer de sua narrativa ele mantém um diálogo constante entre o real e fictício, intercalando personagens e temáticas históricas tais como Cangaço, Coronelismo e Guerra de Canudos que colocam em

evidência as desigualdades sociais dessa região nesse recorte temporal que marca o início da primeira república.

Assim, o recurso cinematográfico nas aulas de sociologia pode contribuir para o desenvolvimento da imaginação sociológica, proporcionando aos alunos uma aproximação com os conteúdos estudados facilitando a compreensão dos eventos que marcaram um tempo e espaço, mas que ainda permanecem de forma direta ou indireta nas suas próprias realidades.

SOCIOLOGIA E CINEMA: APROXIMAÇÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS

O ser humano é um ser inerentemente social que precisa interagir e se comunicar com seus semelhantes para continuar seu processo contínuo de aprendizagem. A educação, parte intrínseca à condição humana, pode se dar em toda e qualquer parte através de formas distintas de aquisição e transmissão de conhecimentos.

A instituição escolar como reflexo do seu próprio tempo e espaço sofre intensas transformações com o objetivo de corresponder ao ideal de cidadão que se deseja formar. Na atualidade, as maneiras de ensinar são questionadas e apresentam grande necessidade de reformulação e adaptação a realidade das novas gerações que estão inseridos em uma sociedade marcada pelo novo e pelo rápido acesso a informação.

Na sociedade moderna o homem divide espaço com as máquinas e a relação formada pelos dois torna-se cada vez mais próxima. A escola não deve ignorar essa realidade e sim, buscar acelerar o processo de inserção dessas tecnologias nos planos de ensino. Todavia, os docentes necessitam estarem preparadas para desenvolver essas

ferramentas de uma forma plausível com os objetivos que se deseja desenvolver em cada disciplina.

As tecnologias por si só não promovem a construção do conhecimento, pois ela é um meio. O professor em sala de aula é o seu mediador e através desse dialogo se é possível a transformação de informação para o conhecimento pleno.

A tecnologia na educação requer novas estratégias, metodologias e atitudes que superem o trabalho educativo tradicional. Uma aula mal estruturada, mesmo com o uso da tecnologia, pode tornar-se tradicionalíssima, tendo apenas incorporado um recurso como um modo diferente de exposição, sem nenhuma interferência pedagógica relevante. (SANTIAGO, 2006, p.10-11)

Esse fato impõe aos profissionais da educação o repensar de suas práticas enquanto mediadores de um conhecimento que necessita estar em consonância com as experiências de um alunado que emerge das mais diferentes camadas da sociedade marcadas pela diversidade em suas formas de agir, pensar e se relacionar.

Assim, o professor contemporâneo deve estar apto a utilizar esses dispositivos e pensar em estratégias que contemplem seu uso. Portanto, seria preciso cooperar no uso adequado desses recursos e não apenas contribuir para o acesso a informações mais superficiais e deslocadas com experiências cotidianas.

Nesse contexto, muito se fala em educação voltada para a liberdade de pensamento e autonomia crítica, onde o aluno seria o principal agente do processo de ensino e aprendizagem e o grande responsável pela mudança social. Focando assim na formação integral do indivíduo, para desenvolver plenamente suas habilidades intelectuais e socioemocionais.

Sobre uma educação voltada a autonomia crítica do processo educativo e a transformação social para a liberdade, Freire (1996) enfatiza que os que se lançam na marcha da liberdade não se acomodam,

não se ajustam à sociedade, mas a transforma e nessa transformação, educam-se. A educação é uma prática de libertação que não se restringe a alguns, mas a todos que se põem em marcha e não sacrificam sua capacidade criadora em ações sectárias, mas antes, descobrem-se inacabados.

A Sociologia enquanto disciplina escolar pode contribuir diretamente nessa formação e processo de libertação, no entanto ainda é permeada por intensos conflitos no que diz respeito a sua permanência no currículo escolar brasileiro. Essa área do conhecimento busca compreender e explicar as transformações que ocorrem na sociedade através de uma postura crítica acerca dos fenômenos sociais. Sendo assim de fundamental importância para a formação de habilidades que desenvolvam o respeito a diversidade humana.

É contribuição das Ciências Sociais, como a disciplina Sociologia para o nível médio, propiciar aos jovens o exame de situações que fazem parte do seu dia a dia, imbuídos de uma postura crítica e atitude investigativa. É sua tarefa desnaturalizar os fenômenos sociais, mediante o compromisso de examinar a realidade para além de sua aparência imediata, informada pelas regras inconscientes da cultura e do senso comum (MORAES, GUIMARÃES, 2010, p.48)

Dessa forma, a sociologia enquanto disciplina escolar busca compreender o mundo social que o aluno está inserido, tais como suas formas de ser e pensar diante da sua própria realidade. Objetivando possibilitar a percepção dos mais diversificados discursos e meios de poder que explicam e justificam o mundo social.

Essas competências e habilidades tão essenciais para uma formação integral do aluno só pode se concretizar quando colocada em constante exercício de pensar criticamente as situações vivenciadas através de um olhar sensível e atento que evite a reprodução e propagação de preconceitos e estereótipos. Eliminando assim o senso

comum e auxiliando os educandos a identificar e problematizar situações antes despercebidas.

Em consonância com esse pensamento a Base Nacional Comum Curricular- BNCC (2018) em suas competências e habilidades para o ensino de Sociologia destaca que se faz necessário analisar processos políticos, econômicos, sociais, ambientais e culturais nos âmbitos local, regional, nacional e mundial em diferentes tempos, a partir da pluralidade de procedimentos epistemológicos, científicos e tecnológicos. Desse modo a compreender e posicionar-se criticamente em relação a eles, considerando diferentes pontos de vista. Tomando decisões baseadas em argumentos e fontes de natureza científica.

Nesse contexto, buscando estratégias que possam auxiliar no cumprimento desses objetivos, o cinema se apresenta como uma ferramenta que se aproxima de vivências dos jovens inseridos em uma sociedade em que o visual impera cada dia mais. Consequentemente o cinema é capaz de permitir uma maior visualização dos conteúdos pragmáticos abordado em sala de aula, inserindo o aluno no universo fictício através de sua narrativa sustentada pela criação de pessoas que direta ou indiretamente deixam transparecer suas perspectivas e vivências.

Portanto, o cinema em sala de aula se apresenta como:

[...] um espaço de ensino e aprendizagem, pois produz conhecimentos e pode pela pedagogia que veicula ser um aparato sociocultural comprometido com a transformação da sociedade. A constatação indiscutível do alcance desse novo complexo cultural em diferentes contextos, aliando os meios de comunicação convencionais e suas novas tecnologias, parece não encontrar na escola, lugar de destaque e merecedor de análise. Portanto, como importante recurso metodológico na investigação dos processos de produção de subjetividades e identidades sociais, sua utilização no espaço escolar tem sido inferiorizada (HOLLEBEN, 2008, p.9).

Desse modo, fazendo uso do recurso cinematográfico em sala de aula o professor consegue além de ilustrar um determinado conteúdo ele também coloca a disposição dos aprendentes uma expressão cultural capaz de transformar pensamentos através do olhar crítico e desnaturalizado que o pensamento sociológico oferece.

Pois o elemento fílmico deve ser pensado além de uma ferramenta ilustrativa como costumeiramente tende a ser utilizado, pois todo e qualquer recurso pedagógico utilizado sem planejamento e objetivos claros se torna nada mais do que um eco de palavras vazias e desprovidas de qualquer produção de conhecimento.

Em conformidade com esse viés imaginativo Duarte (2009) aponta que se o cinema atua como um forte ator no processo de criação dos imaginários sociais, a sua ligação com a educação se apresenta como uma relação legítima de concretude. Sendo assim os alunos/espectadores tendem a por significados naquilo que veem nos filmes a partir dos valores estabelecidos em sua própria cultura. Pois “determinadas experiências culturais, associadas a uma certa maneira de ver filmes, acabam interagindo na produção de saberes, identidades, crenças e visões de mundo de um grande contingente de atores sociais” (DUARTE, 2009, p.18).

Portanto, a ação conjunta da escola para a prática educativa articulada com as novas demandas pedagógicas e sociais deve visar contribuir para uma educação que proporcione uma relação mais ampla, direta, significativa e democrática com o cinema, considerada nesse contexto como um ponto de partida para sua consolidação como expressão cultural e artística.

DO SERTÃO AO MAR: A REPRESENTAÇÃO DO OUTRO EM DEUS E O DIABO NA TERRA DO SOL (1964)

“Deus e o Diabo na terra do sol” foi um dos principais e mais representativos filmes do Cinema Novo. Dirigido pelo baiano Glauber Rocha, foi realizado em meio a convulsão política do país de 1963-1964, apesar da coincidência de tempo o filme diz mais sobre o Brasil do ponto de vista identitário do que sobre o período específico do golpe. O filme estreou oficialmente no dia 10 de julho de 1964 em três cinemas do Rio de Janeiro. Porém em suas sessões privadas, realizadas meses antes haviam provocado espanto nos convidados do jovem Glauber, devido ao teor crítico e a imposição da realidade brasileira aos expectadores.

Logo nas primeiras cenas do filme se vê em plano fechado uma carcaça ainda em decomposição de um animal e em seguida mostra um close do vaqueiro Manuel, protagonista da trama. Tal estética denominada “estética da fome” pelo próprio diretor tem como objetivo denunciar de forma contundente a crueza de uma realidade vivenciada por muitos.

Dessa maneira a opressão e fragilidade de Manuel é evidenciada no decorrer do filme, o induzindo em uma busca desesperada pela liberdade e justiça. Depois de matar o Coronel Moraes, símbolo da lei e da opressão, ele foge juntamente com sua esposa Rosa para Monte Santo.

Esse era o local onde os fiéis e adoradores do beato Santo Sebastião procuravam alívio para seu corpo físico e sua alma. Pessoas pobres, famintas, marginalizadas e oprimidas pela seca e pela classe dominante, achavam conforto nas pregações e profecias de Sebastião. Onde segundo ele “O sertão vai virar mar e o mar vai virar sertão”,

isso implicava na alteração da ordem natural das coisas, onde os ricos deixariam de ser ricos e os pobres de serem pobres. Aguardavam uma justiça divina, vindo do céu para beneficiar aos pobres e marginalizados e castigar os ricos e opressores.

Manuel logo se torna um dos féis mais dedicados, tornando-se braço direito do santo. Em determinada cena, o beato Sebastião faz menção a uma terra onde haveria fartura, não teria fome e nem seca, pois a comida seria abundante e dariam em árvores, um paraíso na terra, remetendo assim ao imaginário da terra da Cocanha na Idade Média ou o do Rei do Preste João na África, lugares esses resultantes do imaginário popular, que procuravam acalantar seus sofrimentos com a visão ou a esperança de vida e lugares melhores.

A ambiguidade existente em alguns personagens é o reflexo que o bem e o mal, os santos e demônios podem coabitar em uma mesma pessoa. Seria uma reflexão de como o bem e o mal é encarado na sociedade, onde uma pessoa não é inteiramente boa ou totalmente má.

Corisco é outro personagem que apresenta essa dualidade entre o bem e o mal. Apesar de cometer atrocidades como assaltos, estupro e mortes, notam-se uma forte religiosidade, apego aos santos, principalmente Padre Cícero e São Jorge. Além do senso de justiça e de restabelecer a ordem que utilizava para justificar seus atos “fora da lei”. Vistos por uns como criminosos impiedosos e por outros como grandes heróis e justiceiros do sertão.

A figura do cangaceiro é marcada fortemente por esse embate. Um dos mais conhecidos cangaceiros foi Virgulino Ferreira da Silva, o amado e odiado, Lampião- Rei do cangaço. E o personagem de Corisco, remete os feitos e principalmente as memórias do cangaceiro. Em determinadas falas, Corisco assume totalmente a figura de lampião

narrando o dia de sua morte e é nesse momento que outra vez aparece a junção entre o real e o fictício.

O Intuito de Glauber não era fazer um documentário, ele queria uma liberdade para desenvolver sua narrativa, então ela opta por esse jogo entre os personagens. Através do personagem fictício São Sebastião e seus fies, faz referência ao messianismo de Canudos e traz memórias do massacre em Canudos, além desse personagem apresentar discursos inspirados nas profecias de Antônio conselheiro: conteúdo apocalíptico, prenúncio da boa aventura.

Em Deus e o Diabo, o duplo movimento – crítica e incorporação da religião – define, de um lado, a necessária superação da fase religiosa da consciência rebelde para a lucidez revolucionária. De outro, o telos – a Revolução – só se torna palpável se tomarmos a práxis mística de Sebastião e Corisco como prefigurações da “grande guerra sem Deus e o Diabo” anunciada pela metafísica de Antônio das Mortes e do cego cantador. É preciso supor uma ordem das coisas no sertão dentro da qual tudo é sinal de que a promessa de salvação se cumprirá. A escolha de Glauber é clara: é a mediação do cordel que organiza a narração, e ela fala a linguagem da profecia (XAVIER, 2006, p. 139).

De acordo com o autor, a narrativa leva a um princípio básico que permeia todos os personagens, que seria a revolta do povo. Deixando claro que a Revolução era destinado certo no sertão, onde a injustiça não mais reinaria. E essa mudança anunciada na frase “o sertão vai virar mar e o mar vai virar sertão” representa o desejo de mudança e a luta por uma nova realidade mais livre e justa. Assim, busca registrar através da filmografia o momento histórico, político e social do país, trazendo à tona a cultura popular e os conflitos existentes em uma parte da população brasileira silenciada pelos grupos de poder.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mediante o exposto se verificou que o ensino de Sociologia na educação básica tem sido marcado por intensos conflitos no que

diz respeito a sua permanência no currículo, fato esse que tem contribuído para um retardo na busca por novas maneiras de ensinar e na formação de professores comprometidos com a formação continuada.

Todavia, como forma de resistência a essas situações é necessário que se reflita sobre os fundamentos e práticas do seu ensino e como novas ferramentas e recursos didáticos podem ser utilizados para a construção de um ensino mais significativo e articulado com a realidade vivenciada pelos educandos.

No contexto atual, se vivência os intensos processos de modernização e expansão dos meios de comunicação e mídias digitais. Assim se faz necessário repensar como a instituição escolar pode fazer uso dessas ferramentas para que dinamize os conteúdos e abre espaço para um ensino mais atrativo e que proporcione a construção do conhecimento.

Dessa forma, o cinema se apresenta como meio de se alcançar objetivos imprescindíveis para uma formação integral do aluno, buscando aproximar os conteúdos estudados através de uma ferramenta lúdica proporcionando uma ampla visão de mundo e espaços para diálogos que promovam o pensamento crítico e autônomo.

Dentre as inúmeras produções fílmicas convém ao professor a escolha e o desenvolvimento de atividades que se façam condizentes com os objetivos propostos para a aula. Os filmes nacionais são possibilidades de se problematizar temas que marcaram determinado povo e local, assim através dele grupos antes silenciados e/ou marginalizados pelas esferas de poder podem ter voz. E é exatamente isso que o professor enquanto mediador do conhecimento deve ter em mente, oferecer aos educandos o acesso as mais diversificadas fontes e discursos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018.

DUARTE, Rosália. **Cinema & Educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GUIMARÃES, Elisabeth da F. MORAES, Amaury Cesar. **Metodologia de Ensino de Ciências Sociais**. Sociologia: ensino médio / Coordenação Amaury César Moraes. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2010.

HOLLEBEN, I. M. A. S. **Cinema e Educação: diálogo possível**. 2008

SANTIAGO, D. G. **Novas tecnologias e o ensino superior: repensando a formação docente**. Disponível em http://www.bibliotecadigital.puc-campinas.edu.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=88
Acesso: 09 de jan. 2023

XAVIER, Ismail. **Cinema Brasileiro Moderno**. São Paulo: Paz e Terra, 2006.

ÍNDICE REMISSIVO

- A
- Atualidade 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 52, 53, 55, 56, 57, 59, 60, 61, 66, 68, 69, 71, 77
- Aula 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 52, 53, 55, 56, 57, 59, 60, 61, 66, 68, 69, 71, 77
- C
- Comunicação 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 52, 53, 55, 56, 57, 59, 60, 61, 66, 68, 69, 71, 77
- Conhecimento 2, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 52, 53, 55, 56, 57, 59, 60, 61, 66, 68, 69, 71, 77
- Construção 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 52, 53, 55, 56, 57, 59, 60, 61, 66, 68, 69, 71, 77
- D
- Deficiência 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 52, 53, 55, 56, 57, 59, 60, 61, 66, 68, 69, 71, 77
- Docente 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 52, 53, 55, 56, 57, 59, 60, 61, 66, 68, 69, 71, 77
- E
- Educação 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 52, 53, 55, 56, 57, 59, 60, 61, 66, 68, 69, 71, 77
- Educacionais 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 52, 53, 55, 56, 57, 59, 60, 61, 66, 68, 69, 71, 77
- Entrelinhas 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 52, 53, 55, 56, 57, 59, 60, 61, 66, 68, 69, 71, 77
- Escolar 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 52, 53, 55, 56, 57, 59, 60, 61, 66, 68, 69, 71, 77
- Estudantes 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 52, 53, 55, 56, 57, 59, 60, 61, 66, 68, 69, 71, 77
- I
- Inclusão 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 52, 53, 55, 56, 57, 59, 60, 61, 66, 68, 69, 71, 77
- P
- Processo 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 52, 53, 55, 56, 57, 59, 60, 61, 66, 68, 69, 71, 77
- Professor 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 52, 53, 55, 56, 57, 59, 60, 61, 66, 68, 69, 71, 77
- S
- Social 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 52, 53, 55, 56, 57, 59, 60, 61, 66, 68, 69, 71, 77
- Sociedade 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 52, 53, 55, 56, 57, 59, 60, 61, 66, 68, 69, 71, 77
- T
- Tecnologia 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 52, 53, 55, 56, 57, 59, 60, 61, 66,

68, 69, 71, 77

Tecnologias 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23,
24, 25, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35,
36, 52, 53, 55, 56, 57, 59, 60, 61, 66,
68, 69, 71, 77

SOBRE OS ORGANIZADORES

MARCOS VITOR COSTA CASTELHANO

Graduado em Bacharelado em Psicologia pelo Centro Universitário de Patos (UNIFIP), pós-graduado em Psicologia Escolar e Educacional (Faculdade Iguacu. Além disso, é mestrando em Ciências da Educação pela WUE.

ADACI ESTEVAM RAMALHO NETO

Graduado em Bacharel em Direito pelo Centro Universitário de Patos.

JISIANE KENIA JERÔNIMO DOS SANTOS

Mestra em Ciências da Educação - World Ecumenical EUA. Bacharelado em Serviço Social pela Faculdade Católica Santa Teresinha - FCST.

FRANCISCA RITA DE OLIVEIRA

Graduada em Pedagogia pelo Instituto Superior de Educação Franciscano Nossa Senhora de Fátima (2018) e graduação em Letras - Língua Portuguesa pela Universidade Federal da Paraíba (2014). Pós-graduada em Educação Infantil, pela Instituto Superior de Educação São Judas Tadeu.

PATRICIA FERREIRA DOS SANTOS

Possui Mestrado em Letras pela Universidade do estado do Rio Grande do Norte (UERN) em 2019; graduação em Pedagogia pela Faculdade Kurios (FAK) em (2018) e graduação em Letras - Língua Portuguesa pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB).

EULÁLIA CRISTINA COELHO ARAÚJO

Mestra em Ciência da Educação, WEU. Pós-graduada em Língua Inglesa pelo Centro Universitário de Patos UNIFIP (2021). Possui licenciatura em Letras Língua Portuguesa pela Universidade Federal da Paraíba UFPB (2021)

LEOMAR OLIVEIRA DINIZ

Graduado em História (CERES-UFRN).

GISLÂNIA DANTAS DE ANDRADE

Doutoranda em Ciências da Educação - World University Ecumenical - WUE, Estados Unidos, sendo também mestra em Desenvolvimento Regional

ERILENE DANTAS JUNQUEIRA BARROS

Possui graduação em Serviço Social pela Faculdade Católica Santa Terezinha - FCST (2014); graduada em pedagogia pelo Instituto Superior de Educação Franciscano Nossa Senhora de Fátima - Fátima (2018); Especialista em Docência do Ensino Superior pela Faculdade kurios - FAK (2017).

ADRIANA FREITAS DA SILVA

Mestra em ciência da educação-World Ecumenical EUA. Pós-graduada em psicopedagogia pela FIP. Possui Licenciatura em Geografia pela Universal Estadual da Paraíba-UEPB.

SARA PEREIRA FERREIRA

Graduada em História, Pedagogia e Sociologia

OS CONTEXTOS
EDUCACIONAIS DIANTE
DAS ENTRELINHAS DA
ATUALIDADE: DIÁLOGOS
EM CONSTRUÇÃO

MARCOS VITOR COSTA CASTELHANO
ADACI ESTEVAM RAMALHO NETO
JISIANE KENIA JERÔNIMO DOS SANTOS
FRANCISCA RITA DE OLIVEIRA
PATRICIA FERREIRA DOS SANTOS
EULÁLIA CRISTINA COELHO ARAÚJO
LEOMAR OLIVEIRA DINIZ
GISLÂNIA DANTAS DE ANDRADE
ERILENE DANTAS JUNQUEIRA BARROS
ADRIANA FREITAS DA SILVA
SARA PEREIRA FERREIRA

(O R G S .)

RFB Editora

Home Page: www.rfbeditora.com

Email: adm@rfbeditora.com

WhatsApp: 91 98885-7730

CNPJ: 39.242.488/0001-07

Av. Governador José Malcher, nº 153, Sala 12,

Nazaré, Belém-PA, CEP 66035065



9 786558 894704 >

